





# CRIAR SINERGIAS

*Cooperar na diversidade* é o tema central do n.º 5 (3ª Série) da revista *VeZ e Voz*, que se apresenta com um conjunto de textos que reforçam a necessidade de uma nova e mais convergente cooperação. Cooperar é em si mesmo uma junção de esforços na procura de um maior impacto, que se consolida na partilha de iniciativas e posições solidificadas em estratégias comuns.

O ADN da Animar caracteriza-se pela diversidade de organizações, interesses, contextos e agentes de desenvolvimento. Este ADN determina o seu modelo de ação, uma ação em rede, concertada, que procura o reforço da convergência que eleve os interesses comuns através de um modelo de desenvolvimento que se constrói com as comunidades, nos seus territórios, e se afirma nas suas propostas, fundamentando-se em experiências validadas pelos agentes de desenvolvimento local.

A Animar é assim, naturalmente, uma rede sem nós e sem fronteiras, uma rede que se reafirmou na **XI MANIFesta**, em Vila Nova de Gaia; que debateu o desenvolvimento no **IV Fórum do Interior**, em Portalegre; e que tem percorrido o território nacional com o

**Roteiro Cidadania em Portugal.** Iniciativa esta lançada na comemoração do *Dia Municipal para a Igualdade*, tornada possível com a extraordinária cooperação entre a administração central e a Animar e uma intensa parceria com a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino.

Esta edição da revista *VeZ e VOZ* reúne um conjunto de textos de várias organizações parceiras, designadamente APCEP, FENACERCI, CONFECOOP, EAPN - Porto e CIRIEC, e contribui para um dos grandes intentos da Animar: a gestão da diversidade tendo em vista uma cooperação mais eficiente e eficaz, procurando com as famílias da economia social e solidária uma voz mais concertada e coerente entre os seus princípios e as suas ações. E também, com as várias organizações, fóruns, redes da sociedade civil e suas iniciativas – partilhadas nas suas lideranças e nas suas ambições –, mobilizar as comunidades e assim contribuir para novas e renovadas políticas públicas promotoras do bem estar social.

## MARCO DOMINGUES

Presidente da Animar

## COLABORAÇÕES

Alberto Melo - APCEP  
 Ana Cláudia Albergaria - EAPN Portugal/Porto  
 António Barata - Animar  
 CRESAÇOR  
 Joaquim Pequicho - CONFECOOP  
 Jorge de Sá - CIRIEC  
 José Jorge Pitacas - CIRIEC  
 Marco Domingues - Animar  
 Rogério Cação - FENACERCI  
*Roteiro Cidadania em Portugal*  
 Vítor Andrade - Animar

# VEZ E VOZ

Revista da Animar  
 Associação Portuguesa para  
 o Desenvolvimento Local  
 N.º 5 (3.ª Série) | 2016

### Director

Marco Domingues

### Edição e Imagem

António Barata

### Correspondência

Av. Santos Dumont, 57 - 1.º Esq.  
 1050-202 LISBOA

Telef: 21 952 74 50/1  
 animar@animar-dl.pt  
 www.animar-dl.pt  
 www.facebook.com/  
 associacao.animar

ISSN: 1646-852X

### Impressão

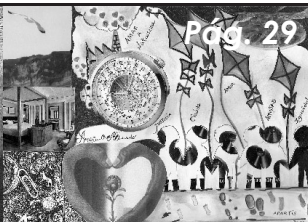
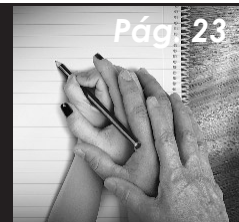
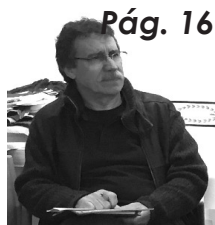
Tondelgráfica  
 Rua Abel Lacerda  
 3400 TONDELA

Tiragem: 600 exemplares

Distribuição gratuita

**As opiniões expresas nos  
 artigos são da exclusiva  
 responsabilidade dos autores**

A revista *VeZ e VOZ* respeita as opções dos autores dos textos relativamente ao acordo ortográfico da língua portuguesa



**EDITORIAL**

**3** Criar sinergias  
*Marco Domingues*

**MICROCRÉDITO/EMPREGO/  
EMPREENDEDORISMO**

**6** Empreendedorismo inclusivo - a CRESAÇOR e o microcrédito nos Açores  
**CRESAÇOR**

**ENTREVISTA**

**16** “Como gerar processos de autonomia se quem valida é o centro?”  
*Víctor Andrade*

**COOPERAÇÃO NA DIVERSIDADE**

**20** Notas sobre a necessidade de melhor organização interna e de maior

reconhecimento público do sector cívico e solidário em Portugal  
*Alberto Melo*

**23** Agir na diversidade - As parcerias e o trabalho em rede como ferramentas de cooperação na intervenção social  
*Rogério Cação*

**29** A Economia Social e a sua diversidade terminológica

*Joaquim Pequicho*

**36** A diversidade como alicerce da cooperação  
*Ana Cláudia Albergaria*

**41** Cooperação e sustentabilidade  
*José Alberto Pitacas / Jorge de Sá*

**CIDADANIA EM PORTUGAL**

**46** Parar, pensar, agir  
*Equipa do Roteiro Cidadania em Portugal*

**IV FÓRUM DO INTERIOR**

**51** Que soluções para o rural?  
*António Barata*

**XI MANIFESTA - DESENVOLVIMENTO NA DIVERSIDADE**

**56** Construindo pontes  
*António Barata*

**REGISTO**

**63** Desenvolvimento na Diversidade para a Sustentabilidade

**XI Assembleia MANIFesta**

# EMPREENDEDED INCLUSIVO

A CRESAÇOR  
E O MICROCRÉDITO  
NOS AÇORES



CRESAÇOR

# ORISMO

NO CRUZAMENTO ENTRE PROBLEMAS E OPORTUNIDADES, A MEDIDA MICROCRÉDITO (MC) – DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º11/2012/A, REGIME DE APOIO AO MICROCRÉDITO BANCÁRIO NOS AÇORES – ASSUME NA REGIÃO AÇORES UM PAPEL PREPONDERANTE COMO VEÍCULO FACILITADOR E INCLUSIVO DE ACESSO AO CRÉDITO PARA OS EMPREENDEDORES QUE, POR RAZÕES VÁRIAS, ENCONTRAM NESTA MEDIDA A ÚNICA FORMA DE ACESSO AO CRÉDITO COMO FONTE DE FINANCIAMENTO PARA A CRIAÇÃO DO SEU MICRO-NEGÓCIO.

Em 2015 o Governo Regional dos Açores, promotor da Medida Microcrédito na Região Açores, e a CRESAÇOR, na qualidade de Agência Microcrédito, foram reconhecidos pelo **European Microfinance Network (EMN)** e convidados a integrar a publicação “**European Good Practices in rural microfinance**”, na categoria desenvolvimento de parcerias. É pois da experiência do Microcrédito nos Açores e da forma inovadora como entidades públicas e privadas, em parceria, apoiam e constroem uma Relação de Confiança com os promotores e promotoras microcrédito que aqui procuraremos dar conta, tendo como referencia parte da dissertação que realizamos no Estudo sobre o “Empreendedorismo Inclusivo” e a Medida Microcrédito na Região Autónoma dos Açores<sup>1</sup>, disponível no nosso site [www.cresacor.pt](http://www.cresacor.pt) e para cuja leitura vos convidamos.

---

1) Em 2013-2014 a CRESAÇOR, através do Gabinete de Empreendedorismo e Microcrédito Bancário, levou a cabo a elaboração do Estudo sobre o ‘Empreendedorismo Inclusivo’ e a Medida Microcrédito na Região Autónoma dos Açores, com o objectivo principal de aprofundar o conhecimento sobre o alcance e limitações do ‘Empreendedorismo Inclusivo’ e da sua importância no processo de promoção da inclusão social.

A sua elaboração surgiu da necessidade de criar mecanismos de intervenção direccionados para o público-alvo e uma ferramenta de trabalho para a equipa, existindo de igual modo a possibilidade de produto e resultados deste Estudo serem também úteis para várias instituições, entidades e organizações envolvidas na temática.

## O MC NOS AÇORES

Nos Açores o MC surgiu no âmbito do projeto GESFUNDO INTERREG IIIIB (2004-2006), através de protocolo estabelecido com o Instituto de Ação Social (atualmente ISSA - Instituto de Segurança Social dos Açores), a Agência Transregional Gestora do Financiamento Alternativo e a CRESAÇOR - Cooperativa Regional de Economia Solidária, enquanto entidade representante da Rede do Movimento de Economia Solidária e Desenvolvimento Comunitário.

A DRSSS, através do IAS, promoveu junto do Governo Regional dos Açores, a criação de um Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário dirigido à inclusão social de pessoas em situação de desfavorecimento social e económico<sup>2</sup>.

Estes esforços resultaram no Decreto Legislativo Regional n.º 25/2006/A que veio aprovar o Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário como medida de apoio ao autoemprego e de combate à pobreza e exclusão social<sup>3</sup>.

A definição de MC que esteve na base do projeto GESFUNDO enquadra-se no conceito de Microfinança segundo a OCDE, isto é, como uma pequena quantidade de dinheiro colocada à disposição de um cliente por um banco ou outra instituição para o ajudar a sair da sua situação de pobreza ou exclusão social<sup>4</sup>.

O MC é, portanto, um instrumento que visa o acesso ao crédito por pessoas fragilizadas, mas que possuem um pequeno projeto de autoemprego, quer porque

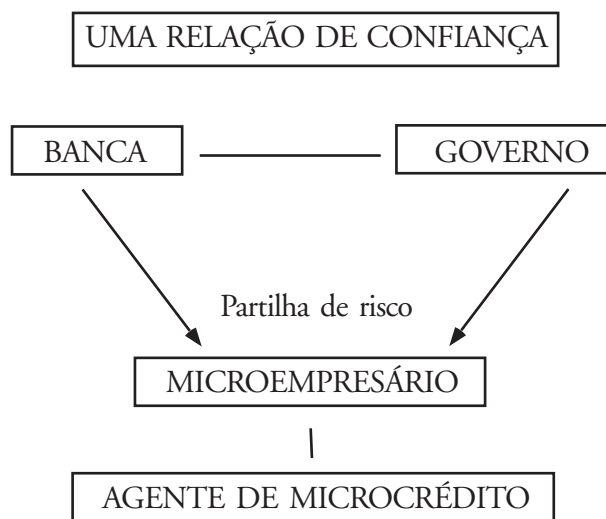
não conseguem entrar novamente no mercado de trabalho dito normal (por conta de outrem) quer por não possuírem os recursos financeiros tradicionais que lhes permitam aceder a este crédito pelas vias normais (ex.: não possuírem garantias bancárias).

Note-se, portanto que o MC não prevê na sua génese a fase de animação, pressupondo *a priori* a existência de uma ideia de negócio viável.

Em traços gerais os destinatários do MC eram: desempregados, maiores de 18 anos, sem acesso ao crédito pelas vias normais, com a situação regularizada perante as finanças e a segurança social, sem incidentes bancários e com uma ideia de negócio.

O MC rege-se pelo princípio da confiança (ver fig. n.º 1) estabelecido entre o promotor e o AM (Agente do Microcrédito), sendo que o risco da operação é partilhado entre o Governo Regional e as IC (Instituições de Crédito) protocoladas. O Governo Regional era responsável por 25% e a IC por 75%, sendo que as primeiras IC a assinarem protocolo com o Governo Regional foram o BANIF, o BESA, o Millennium BCP e a CEMAH.

Figura 1  
Microcrédito: uma relação de confiança



2) *Preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2006/A, de 31 de julho, que cria o Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário nos Açores.*

3) *Consultar o Decreto Legislativo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2006/A, de 31 de julho, constante no anexo I.*

4) *Preâmbulo do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2006/A, de 31 de julho, que cria o Regime de Apoio ao Microcrédito nos Açores.*

Será importante salientar que o Regime de Apoio Bancário ao Microcrédito nos Açores apresenta características distintas daquele que é praticado no continente português. Na Região Açores o Governo Regional tem um papel ativo assumindo-se não só como o impulsionador desta ferramenta de apoio à inclusão sócio-económica, mas também como avalista dos projetos apoiados e como entidade responsável pelo pagamento dos juros bancários sobre o montante de investimento. Tal não acontece em Portugal Continental, onde o Microcrédito é gerido e promovido por uma ONG (Associação Nacional de Direito ao Crédito) que estabeleceu protocolos com instituições bancárias de modo a que o valor dos juros sobre estes microempréstimos sejam mais baixos. No entanto

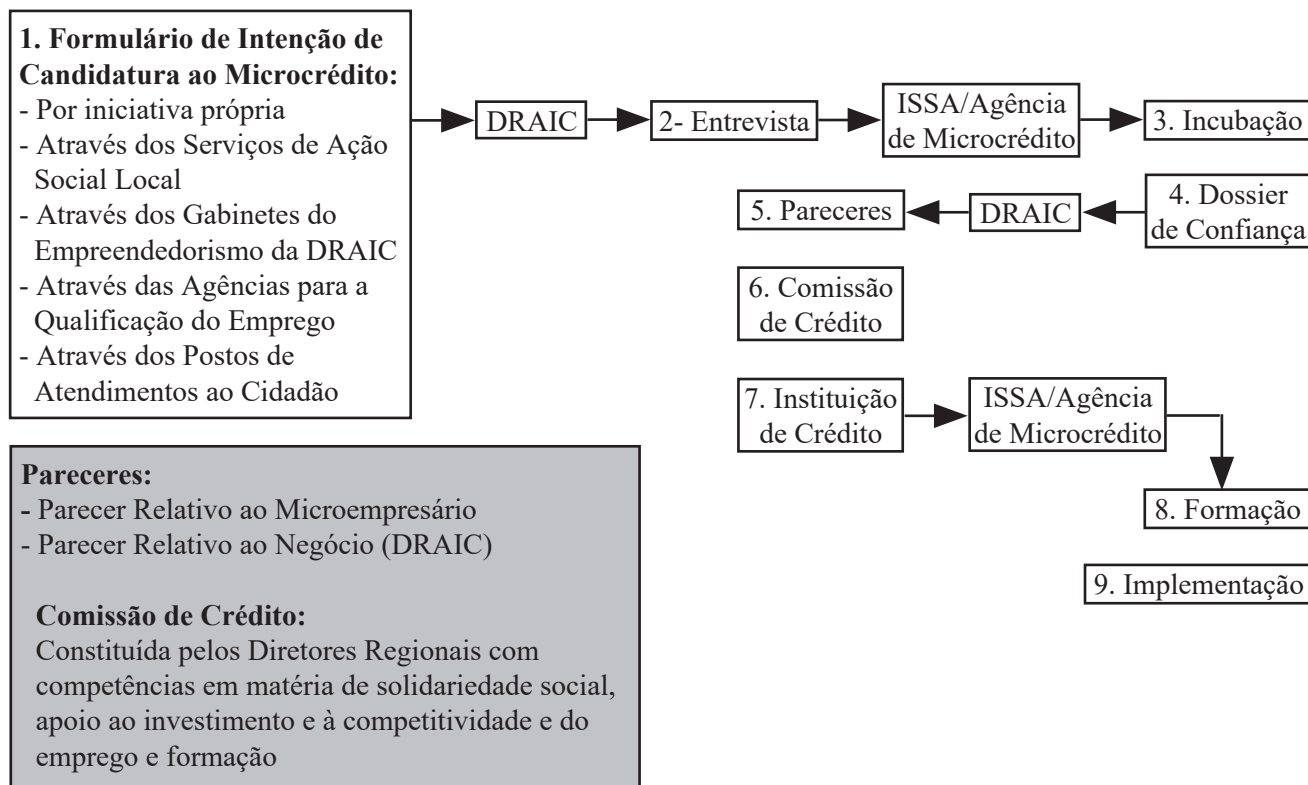
não se dispensa a apresentação de um avalista e são os pró-prios beneficiários os responsáveis pelo pagamento integral da dívida, incluindo os juros.<sup>5</sup>

## CARACTERÍSTICAS DO MC E ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

O MC tinha como condições iniciais montantes de financiamento entre os 1.000,00 euros (mínimo) e 15.000,00 euros (máximo), sendo da responsabilidade do Governo Regional o pagamento dos juros e no 1.º ano os promotores usufruem de carência de capital.

A figura abaixo sintetiza o modelo de funcionamento desta medida.

Figura 2  
Modelo de operacionalização do MC

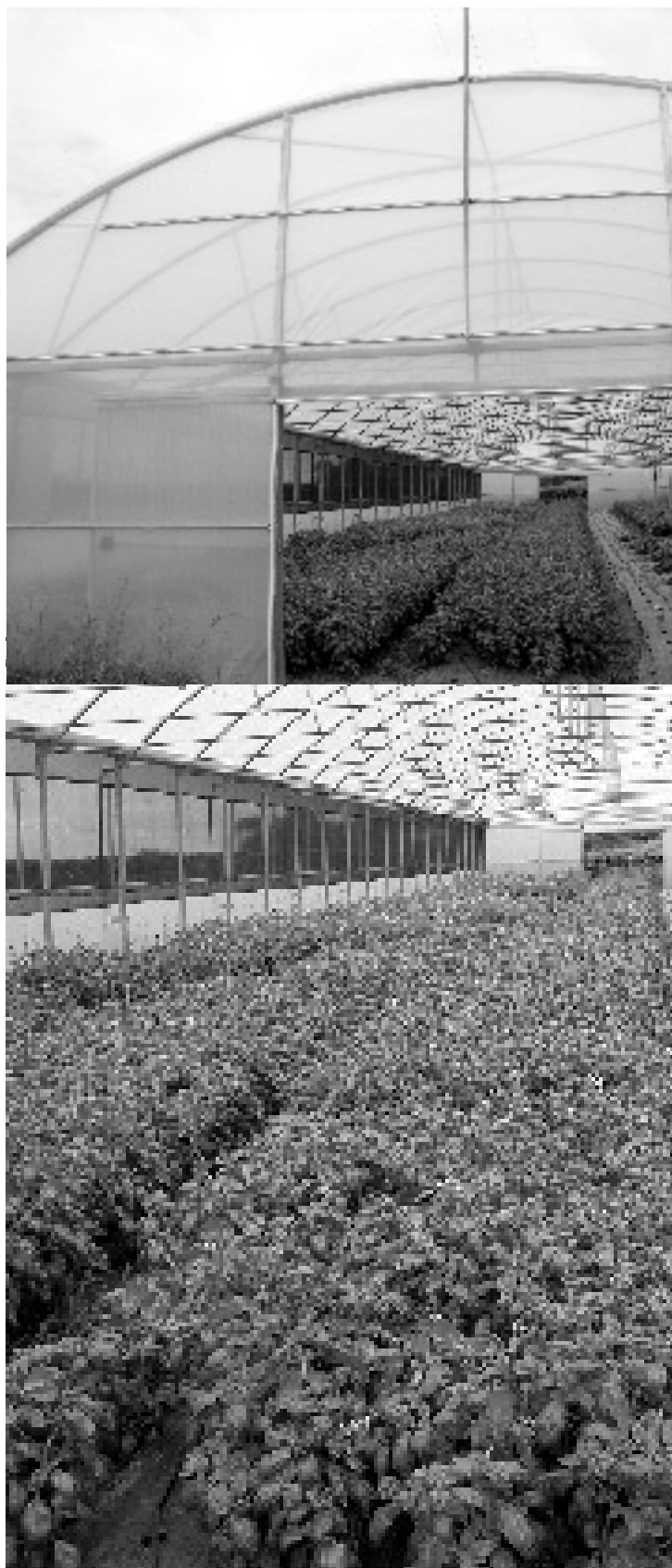


5) <http://www.microcredito.com.pt/como-obter-um-microcredito/microcredito-andc/o-que-e-um-microcredito-andc/1>

Em 2012 o MC sofre a primeira alteração legislativa através do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2012/A22. As principais alterações prenderam-se com os destinatários da medida, com o montante de financiamento e com a percentagem de garantia bancária partilhada entre o Governo Regional e as IC – protocolos renegociados com as mesmas em abril de 2013. Assim, a partir de 2012 os destinatários do MC são:

- a) Os desempregados, à procura de primeiro ou de novo emprego, com idade igual ou superior a 18 anos, sem condições para o acesso ao crédito bancário pelas vias normais;
- b) Trabalhadores, com idade igual ou superior a 18 anos, considerados em situação precária de emprego, nomeadamente trabalhadores independentes cujo rendimento médio mensal, auferido relativamente ao ano anterior ao da candidatura, seja inferior à retribuição mínima mensal garantida na região, sem condições para o acesso ao crédito bancário pelas vias normais, mediante parecer da direção regional com competência em matéria de trabalho;
- c) Sociedades por quotas, sociedades unipessoais por quotas e empresários em nome individual que não tenham condições para o acesso ao crédito bancário pelas vias normais.

O montante máximo do MC transita para os 20.000,00 euros e a garantia bancária assumida pelo Governo Regional aumenta para 75%, ficando a cargo das IC apenas os restantes 25%. De referir que esta última alteração teve como principal propósito aumentar a taxa de aprovação das IC e reconfirmar a confiança do Governo Regional nestes pequenos investimentos. Esta alteração foi efetuada diretamente com as IC que, por fruto da grave crise económica que Portugal atravessava nesse período, estavam a dificultar muito o acesso ao crédito (geral, isto é, quer o acesso ao crédito pelas vias normais e gerais, quer o próprio acesso ao MC). A par destas alterações os protocolos assinados com as IC foram também reformulados, passando o Montepio Geral a integrar a Medida MC.



## AGÊNCIA DE PROMOÇÃO E APOIO AO MC

A CRESAÇOR, através do seu Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo e MC Bancário - Agência MC, é a instituição que acompanha os promotores MC (após aferição das condições de acesso através da realização da entrevista efetuada na DRAIC pela equipa de acompanhamento técnico, constituída por um representante de cada Organismo do Governo Regional: DRAIC, ISSA

e DREQP) na constituição do seu “Dossier de Confiança” que permitirá:

- Aferir as condições socioeconómicas de partida do beneficiário e respetivo agregado familiar;
- Desenvolver a ideia de negócio e a sua viabilidade;
- Determinar as competências psicossocioprofissionais necessárias ao negócio existentes no beneficiário;
- Elaborar o plano de negócio com estudo de mercado, instruído do respetivo estudo de viabilidade;
- Diagnosticar possíveis apoios económicos complementares; e
- Instruir o dossier com a avaliação do técnico de acompanhamento, conforme manual de procedimentos instituído.



A Agência MC acompanha posteriormente os promotores cujo processo é aprovado em CC na implementação do seu negócio (com especial enfoque na fase de investimento que é efetuada de forma faseada de modo a garantir que o investimento é realizado de

acordo com o delineado no mapa de investimento) e durante todo o período de amortização da dívida MC. Este apoio também é efetuado ao nível da obtenção dos licenciamentos e de toda a envolvente burocrática e, portanto, mais difícil e morosa para os promotores, de modo a que os negócios MC cumpram com todas as normas legais em vigor.

De referir que a Agência MC acompanha também diversos indivíduos que nos chegam através da Medida MC, mas que por diversos motivos deixam de ser promotores da mesma, no entanto são apoiados a outros níveis, como por exemplo, elaboração de candidaturas a outros sistemas de incentivo, encaminhamento para formações ou para procura ativa de emprego, etc.

Da mesma forma promotores MC cujos processos já estão encerrados por falência foram acompanhados e encaminhados para apoios de âmbito social e promotores já com processo encerrado (mas cujo processo decorreu normalmente e portanto considerado de sucesso) continuam a ser acompanhados ao nível de esclarecimentos e apoios aquando de alterações legislativas (alterações do sistema de faturação em 2012) e sensibilização para as normas legislativas emergentes (apoios às microempresas e legislações sectoriais como o HACCP entre outras).

## OS PROMOTORES/AS MC

Relativamente ao *target* da Medida assiste-se a uma desfocalização positiva que acompanha as recentes mudanças sociais. Numa Medida inicialmente construída para grupos populacionais desfavorecidos tem-se vindo a verificar a entrada de candidatos com habilitações literárias mais elevadas, nomeadamente daqueles que possuem o grau de ensino profissional e licenciatura.

A experiência e competências no setor de atividade escolhido pelo candidato à Medida de Apoio ao Microcrédito Bancário são determinantes para a escolha do negócio a desenvolver, bem como fatores cruciais para o seu sucesso. Os próprios promotores elegem



a experiência profissional como a principal razão de escolha da atividade a desenvolver. Assim, denota-se que a maioria dos promotores MC são indivíduos que já tiveram experiências profissionais por conta de outrem, não se tratando portanto de jovens ou indivíduos à procura do 1.º emprego, dados que convergem também com o analisado na parte II deste estudo em que 23% dos candidatos e formandos em empreendedorismo referiram que a sua ideia de negócio resultou de uma atividade profissional desenvolvida anteriormente. Com base na experiência de trabalho da equipa do Gabinete de Empreendedorismo e Microcrédito Bancário da CRESAÇOR podemos



evidenciar que, não obstante a importância da experiência profissional, é ainda necessário um conjunto de outras características sem as quais será impossível conduzir estas pequenas iniciativas com sucesso, pois o microempresário (na maioria das vezes único trabalhador) tem de assumir uma panóplia muito diferenciada de funções, ele é o vendedor, o produtor, o gestor de *stocks*, o responsável pelas encomendas, o administrativo e ainda o estratega, tendo de conseguir adaptar-se às alterações dos comportamentos dos consumidores com um fundo de maneiio muito reduzido.

A iniciativa, a criatividade na otimização de recursos, a organização, a perspicácia, a capacidade e pré-disposição para enfrentar longas horas de trabalho e a perseverança são características indispensáveis a qualquer microempresário e que deverão ser tidas em conta na construção do balanço de competências.

Ao nível do desenvolvimento das suas microempresas constatarão-se, por parte destes promotores, preocupações na implementação de estratégias para reforçar os seus negócios. A inovação e a qualidade dos seus produtos e serviços sobressaem como os principais factores de diferenciação da concorrência e consequentemente como a forma de praticarem preços mais elevados e de



negócio, aproveitando nichos de complementaridade no mercado, destaca-se também como estratégia para a obtenção de rendimentos suficientes que permitam quer fazer face aos encargos com a sua atividade, quer obterem uma remuneração pelo seu trabalho.

Quando necessitaram de contratar colaboradores para os apoiar, a maioria foi recrutada através das suas relações familiares e de parentesco, o que confirma a grande importância das relações informais nestes pequenos negócios.

Por último, e no que respeita ao financiamento destas pequenas iniciativas empresariais, uma das principais conclusões deste Estudo é que, apesar de todos os esforços de melhoria da Medida MC, nomeadamente o aumento da garantia bancária do Governo Regional (de 25% para 75%), a Medida continua refém da banca. Isto é, a banca continua a ter a soberania final de financiamento dos projetos, mesmo que estes já tenham sido aprovados em Comissão de Crédito, conforme evidencia o facto de das 127 candidaturas MC aprovadas em Comissão de Crédito a Banca ter aprovado cerca de 84 até à data.





**Cerimónia Comemorativa  
do 10º Aniversário da  
Medida Microcrédito -  
Açores.**



“COMO GERAR PROCESSOS DE AUTONOMIA

# SE QUEM A VALIDA É O CENTRO?”

EMPOSSADA HÁ MENOS DE UM ANO, ESTA NOVA DIRECÇÃO DA ANIMAR APRESENTOU-SE A ELEIÇÕES COM UM PROGRAMA DE MUDANÇA ONDE OS VALORES E OS PRINCÍPIOS, A DEMOCRACIA INTERNA, A PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS, A INDEPENDÊNCIA E A UNIÃO DE ESFORÇOS E VONTADES ENTRE AQUELES QUE DÃO FORMA E VIDA À SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA SÃO CENTRAIS.

*A questão dos valores, dos princípios e da transparência foi uma das “pedras de toque” da lista com que se apresentaram a eleições. Porquê?*

Os valores e os princípios são a substância de qualquer instituição que trabalha para o bem comum e a transparência nos processos de tomada de decisão, é o que permite gerar confiança e facilitar a participação nos processos de construção coletiva. Esta é uma questão que neste momento tem uma

**Víctor Andrade**  
Director da Animar

dimensão que se pode considerar um problema civilizacional.

*A cooperação e a convergência entre entidades e pessoas que se revêm na Economia Social e Solidária está no centro das preocupações da nova Direcção e Corpos Sociais da Animar. Porque consideram tão importante*

*construir “pontes com fortes alicerces” que ‘conectem mundos”?*

Aqui tenho alguma dificuldade, não com o princípio e a conceção no abstrato, mas com a sua concretização. Primeiro teremos que identificar os pontos onde encontrar Economia Social e Solidária e só depois construir as pontes. Temos trabalhado muito a conceção, mas descuidado a criação e o desenvolvimento dessa economia. Do que me é dado observar há todo um conjunto de movi-



mentos a surgir, mas que se encontram dispersos, tanto geográfica como em organização. A Animar poderá ter, aqui, um papel aglutinador, mas penso que terá de melhorar muito a sua capacidade organizacional e esperar que as entidades desenvolvam a perceção de que têm a ganhar trabalhando em rede, que a rede não as diminui, mas as potencia.

*A valorização do colectivo, em detrimento do individual, parece estar ao arrepio do que é moda nos dias de hoje. Porque entendem “o interesse colectivo acima do individual” e que é justo defender “propostas consolidadas na riqueza da diversidade” com origem nas comunidades locais e nos que nelas trabalham?*

Este tema parecendo, numa primeira abordagem, muito dicotómico, ele é, na realidade, muito complexo. Temos que valorizar o individual numa abordagem coletiva, porque na realidade o coletivo

é a ação concertada do individual. Penso que teremos de ultrapassar os modelos de produção e disseminação de conhecimento que se tem baseado muito num modelo, chamemos-lhe de escolarizado, que teorizando uma coisa, na prática demonstra o poder do centro. O coletivo existe em contextos e ações concretas. Da minha experiência de intervenção em micro-sociedades foi-me dado observar que é mais fácil os indivíduos organizarem-se e agirem concertadamente quando o fim é despretensioso/lúdico ou então perante uma catástrofe/imprevisto. A ação do indivíduo num contexto tem a ver com a sua perceção, no momento da ação, desse contexto e das relações deste com contextos envolventes.

Se há necessidade de inovação, essa inovação é premente no modo como se aprende, desde muito jovem, o relacionamento social e a estruturação do poder.

*Esta preocupação com a diversidade; a valorização que fazem dos processos de base comunitária, construídos a partir da iniciativa da sociedade civil organizada, não é uma miragem? Não são mais eficazes e de resultados mais palpáveis, os processos dirigidos e formatados pelos decisores políticos e institucionais?*

Esta questão está intimamente ligada com a anterior.

Nós fomos construindo uma sociedade organizada a partir dum poder central. Isso gerou processos sócio-culturais de organização social muito verticalizada. Mesmo quando existe o discurso de descentralização ele é construído pelo centro e não por um processo de reivindicação das periferias. Na prática quem valida é o centro.

Como gerar processos de autonomia se quem a valida é o centro? Isto é muito claro quando olhamos para o percurso do Desenvolvimento Local em Portugal.

A crise atual não é mais do que o resultado desta organização social que foi gerando processos de decisão cada vez mais distantes dos contextos de ação. Se por um lado ela é assustadora, por outro abre a possibilidade de surgirem novas formas de organização. A Animar pode desempenhar um papel importante se tiver a perspicácia de trabalhar o poder do “outro” (associados) como suporte fundamental do seu poder.

***A Animar pretende o reconhecimento institucional e tornar-se uma entidade influente junto dos poderes e decisores políticos, económicos e culturais. Quer a Animar tornar-se um parceiro social da governação? Porquê?***

A Animar para ter influência junto dos decisores políticos, do poder central, tem que organizar o seu poder nos associados. Passar de uma situação de subserviência para uma de reivindicação/proposição. Isto só é possível quando os associados deixarem também de olhar para a Animar de uma forma paternalista e a encararem como uma estrutura que amplia e promove a sua ação. Estamos numa cadeia em que não é suficiente um dos elos querer mudar, é preciso que os outros também mudem. Como em todos os processos sociais a mudança é feita pela percepção sucessiva que cada ator da cadeia vai desenvolvendo do outro. É um processo dinâmico e que os órgãos sociais da Animar têm o dever de iniciar.

***Por último. Nos tempos que correm, as pessoas não estão muito preocupadas em saber se trabalham por uma boa causa. Cada vez mais procuram sobreviver. O que coloca a questão: será uma organização de desenvolvimento local, da economia social e solidária, responsável e digna do meu investimento? Que diferença faz***

***na sociedade? É este o principal desafio para a Economia Social e Solidária?***

Qualquer pessoa quando chega a um sistema/organização, a primeira coisa que faz é criar a percepção do que a rodeia e depois construir uma estratégia para aí sobreviver. É natural, tão natural, que muitas vezes se faz de forma inconsciente. Todas as sociedades são um sistema e esse sistema existe porque a grande maioria das pessoas, de uma forma ou de outra, o mantêm desenvolvendo estratégias de sobrevivência.

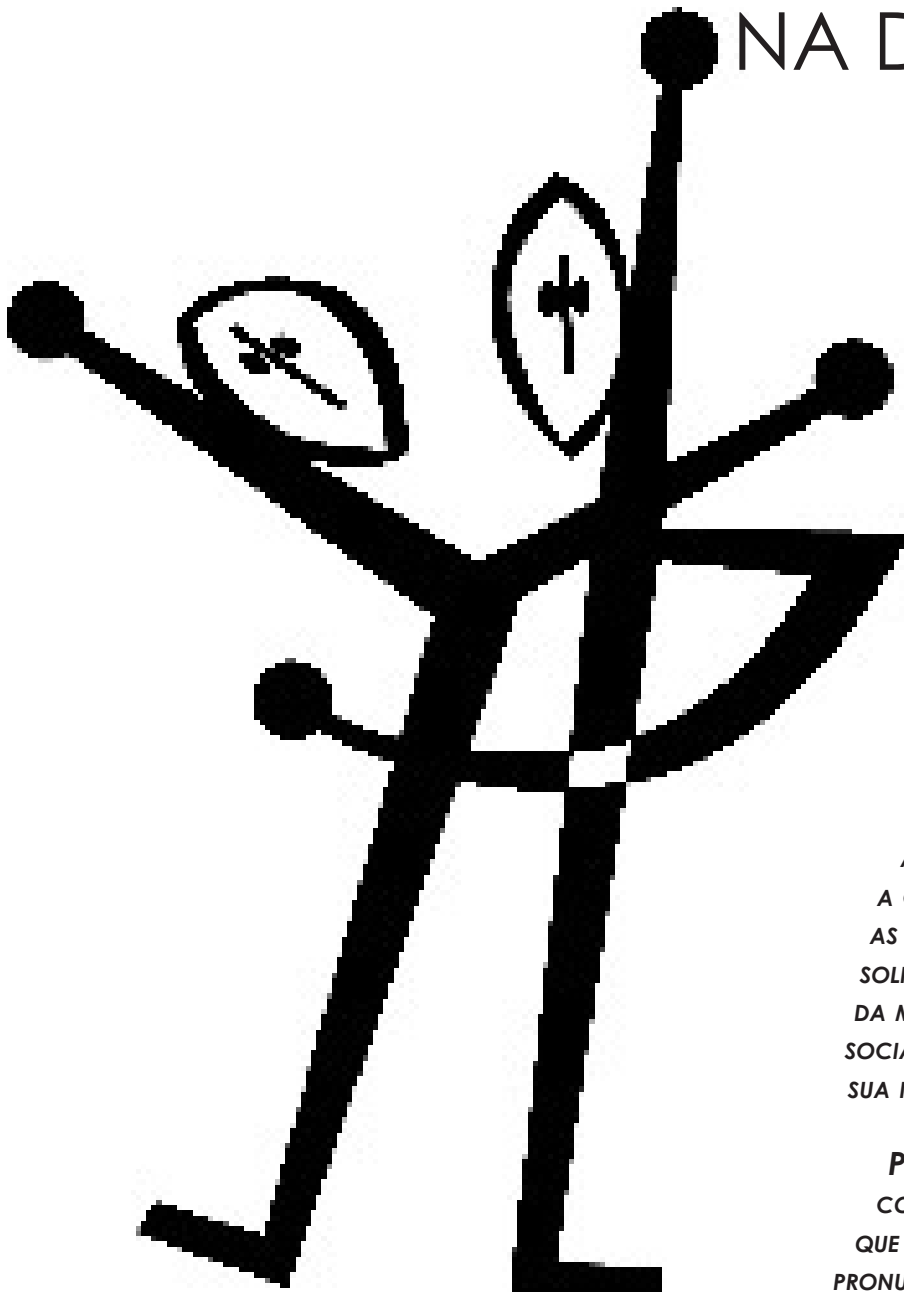
Quando estamos a falar de construção de alternativas a um sistema, estamos a imaginar a construção de outra coisa. O primeiro passo é ter conhecimento/consciência do que existe, depois é ter a capacidade de construir/propor novos modelos organizativos, por último é preciso fazer com que o outro tenha a percepção de que o que se propõe é vantajoso e vale a pena correr o risco.

Não é por acaso que as mudanças sociais surgem quando a ordem social instalada entra em rotura. Perante a desordem as pessoas tendem a organizar nova ordem.

O que é que isto tem a ver com a Economia Social e Solidária? Tem tudo a ver. Para a Economia Social e Solidária se implementar terá que começar por criar contextos/locais de demonstração e a seguir dar espaço/tempo para que o outro crie a percepção que pode, aí, ter uma alternativa.

# COOPERAÇÃO

## NA DIVERSIDADE



*ESTA EDIÇÃO DA REVISTA VEZ E VOZ ABRE AS SUAS PÁGINAS AO DEBATE SOBRE A COOPERAÇÃO E A CONVERGÊNCIA ENTRE AS ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, TEMA QUE A ANIMAR CONSIDERA DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA A AFIRMAÇÃO SOCIAL, A MELHORIA E O ROBUSTECIMENTO DA SUA INTERVENÇÃO E DA DEMAIS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA.*

*PORQUE QUEREMOS UM DEBATE FRUTUOSO, CONVIDAMOS VÁRIAS ENTIDADES E PESSOAS QUE GOZAM DE RECONHECIMENTO PÚBLICO A PRONUNCIAREM-SE SOBRE OS CAMINHOS DESSA COOPERAÇÃO E CONVERGÊNCIA. AQUI FICAM OS SEUS PONTOS DE VISTA E SUGESTÕES.*

# NOTAS SOBRE A NECESSIDADE DE MELHOR ORGANIZAÇÃO INTERNA E DE MAIOR RECONHECIMENTO PÚBLICO DO SECTOR CÍVICO E SOLIDÁRIO EM PORTUGAL



**Alberto Melo** *Presidente do Conselho Executivo da APCEP*

Portugal dispõe de um “capital social” precioso, concretizado no incalculável valor social e económico das dezenas de milhar de organizações que, a diferentes níveis e nos diversos sectores, intervêm na sociedade portuguesa, procurando sobretudo elevar a qualidade de vida, quer da população (e da biosfera) em geral, quer dos grupos mais vulneráveis. Sendo estas expressões de cidadania activa e de solidariedade uma das mais-valias fundamentais do nosso país, não se poderá porém ignorar a necessidade, desde sempre sentida, de profundas reformas e medidas de longo alcance, dentro do próprio sector, com o fim de garantir uma maior eficiência e eficácia nas organizações e nas suas actividades e, paralelamente, de o fazer ganhar maior visibilidade e influência perante os poderes políticos e económicos e a sociedade portuguesa em geral.

Subsistem, no entanto, algumas fragilidades e indefinições, e considero que, no momento actual, perante um poder político que se declara favorável e aberto a uma colaboração regular e intensa com a Sociedade Civil, existe margem para iniciativas que reforcem e consolidem as organizações de cidadãos. Requerem-se, a meu ver, iniciativas de natureza organizacional a cinco níveis:

- 1) articulação entre as várias e diversificadas entidades do sector, actuantes num mesmo território;

- 2) coordenação de esforços, à escala regional e nacional, entre as organizações que se especializaram em determinado sector de intervenção;
- 3) ligação entre o 3º Sector (devidamente estruturado e com coordenações representativas) e os poderes públicos, quer descentralizados (autarquias), quer desconcentrados, quer centrais (executivo e legislativo);
- 4) entre o sector cívico e solidário e o sector privado lucrativo;
- 5) sendo também deveras relevante a questão da representação comum da Sociedade Civil portuguesa em instâncias de dimensão europeia.

Os primeiros passos no sentido de uma reflexão partilhada, no interior do conjunto heterogéneo que forma o 3º Sector em Portugal, poderiam ser dados, de imediato, a partir de uma reunião de trabalho “de topo”, com representantes das direcções nacionais dos sub-sectores já organizados a esse nível (através das respectivas Uniões, Federações, etc. e de outros actores cooptados para o efeito), onde seriam definidos os “clusters de temas e problemas transversais” considerados prioritários e se constituiriam comissões encarregadas da elaboração de documentos estratégicos – com base em contactos e debates a organizar com o maior número possível de ‘organizações de base’ – sobre cada um desses conjuntos de questões. Dentro de um calendário pré-es-

***Os primeiros passos de uma reflexão partilhada poderiam ser dados a partir de uma reunião de trabalho “de topo”, onde seriam definidos os “clusters de temas e problemas transversais” considerados prioritários e se constituiriam comissões encarregadas da elaboração de documentos estratégicos***

tabelecido, estes trabalhos temáticos seriam depois reunidos num documento síntese, representando uma base de imediata negociação com os poderes de decisão, simultaneamente a nível governamental, administrativo e parlamentar.

É também imprescindível que se manifeste, paralelamente, uma postura voluntarista por parte dos decisores políticos, para que o “capital social” concretizado na presença e nas actividades das organizações cívicas e solidárias receba um pleno e bem visível reconhecimento oficial. E isto através de iniciativas significativas, tanto no sentido da plena inclusão das organizações cívicas e solidárias entre os “Parceiros Sociais”, com a sua crescente participação na elaboração e aplicação de determinadas políticas públicas, como no sentido da sua própria modernização e sustentabilidade, graças a medidas de apoio que discriminem positivamente a favor das entidades que intervêm em prol do interesse geral e não de interesses corporativos.

Praticamente desde 1979, aquando da elaboração do estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que não surge por parte dos poderes políticos uma iniciativa de maior dimensão tendo por destinatário o 3º Sector, no seu conjunto. É mais que tempo, pois, para se proceder, em Portugal, a uma larga e profunda revisão, legal e institucional, no que se refere ao relacionamento Estado, Administração e Sector privado não lucrativo, e dentro deste, fundamentalmente, o conjunto das organizações que actuam, cívica e solidariamente, em prol do interesse colectivo.

Neste contexto, torna-se, em minha opinião, neces-

sário e urgente redefinir o relacionamento Estado, Administração e 3º Sector cívico e solidário, de uma forma clara e assente em princípios e métodos razoavelmente codificados. Trata-se, por um lado, de escapar a um certo casuísmo e arbítrio, que espalham a insegurança e geram desmotivações, e, por outro lado, formalizar em documentos – de elaboração e aplicação largamente participadas – o reconhecimento por parte do Estado do valor social, e também económico, destas organizações, e o seu solene compromisso para estabelecer gradualmente com elas uma relação de verdadeira parceria. O processo a iniciar poderá ser semelhante ao dos “Livros Brancos”, como actividade preparatória de futuras decisões e deliberações, e de subsequente legislação e inovação institucional: criação de uma comissão, preferentemente de composição alargada e diversificada – representantes políticos (a nível do executivo central, dos grupos parlamentares, dos poderes autárquicos), e representantes da administração pública, do próprio sector das organizações cívicas e solidárias e ainda especialistas com reconhecido conhecimento e experiência nestas matérias.

A APCEP - Associação Portuguesa para a Cultura e Educação Permanente – desde a sua criação, em 1982, não deixou de pugnar pelas mais diferentes expressões de cooperação, quer com outras organizações afins, quer com as instituições públicas ligadas aos sectores em que intervêm. Hoje, estaria também na primeira fila para integrar o processo de fortalecimento organizativo e social acima esboçado.

AGIR NA DIVERSIDADE  
**AS PARCERIAS E O  
TRABALHO EM REDE**  
COMO FERRAMENTAS  
DE COOPERAÇÃO NA  
INTERVENÇÃO SOCIAL



**Rogério Cação** *Vice-presidente da FENACERCI*

***O que fez a espécie humana sobreviver não foi apenas a inteligência, mas a nossa capacidade de produzir diversidade. Essa diversidade está sendo negada nos dias de hoje por um sistema que escolhe apenas por razões de lucro e facilidade de sucesso.***

*Mia Couto<sup>1</sup>*

Quanto mais se aprofunda e concretiza o discurso dos direitos, mais complexa se torna a intervenção social, na medida em que os graus de exigência e abrangência da ação crescem exponencialmente. De facto, uma organização que se proponha promover os direitos de cidadania de um determinado grupo alvo, dificilmente concretizará esse objetivo se não recorrer a processos de intercooperação com outras organizações, que complementem, reforcem ou até mesmo compensem as lacunas que podem resultar da multiplicidade de desafios que se colocam. Por conseguinte, o trabalho em parceria e em rede já não são hoje uma opção mas sim uma ferramenta incontornável.

A sociedade é, em si mesma, um espaço de diversidade que torna emergente um olhar que saiba ler e interpretar a multiplicidade e complexidade de pro-

blemas que resultam dessa mesma diversidade. Joel de Rosnay falava a propósito da necessidade que temos cada vez mais de pensar numa ferramenta, a que ele chama macroscópio que permita compreender as coisas sociais complexas, de molde a que as intervenções sociais sejam eficazes e bem sucedidas.

A cooperação na diversidade tem como escopo o desenvolvimento de comunidades solidárias e sustentáveis. Talvez seja importante definir a ideia de comunidade solidária e sustentável, como aquela que é capaz de atender às suas necessidades e satisfazer suas aspirações sem diminuir as oportunidades das gerações futuras. Uma comunidade será tanto mais sustentável quanto for capaz de alimentar e promover o equilíbrio ecológico do seu modelo económico, político e, (talvez seja um preciosismo) moral ou ético. Nesta linha, aqueles que protagonizam intervenções sociais, ficam vinculados a

um conjunto de atitudes porventura substancialmente diferentes de um figurino que conhecemos de outros tempos.

Trata-se de facto de um desafio difícil, numa sociedade onde, desde há muito, a solidariedade espontânea deu lugar a uma solidariedade programada, uma sociedade do conhecimento que, de forma aparentemente absurda, cria novos grupos de exclu-

são, uma sociedade da globalização que destrói ou põe em causa referências identitárias essenciais ao exercício da cidadania, em suma, uma sociedade de hipocrisia onde sobram milhões para mísseis e faltam tostões para vacinas que podem salvar vidas.

Vão longe os tempos de Smith e uma ideia de uma espécie de equilíbrio natural na distribuição

***Uma comunidade será tanto mais sustentável quanto for capaz de alimentar e promover o equilíbrio ecológico do seu modelo económico, político e, (talvez seja um preciosismo) moral ou ético***

<sup>1</sup> - Couto, Mia, 2009, E se Obama fosse africano e outras interinvenções, *Editorial Caminho*.



da riqueza que prevalecia relativamente à ganância pelo lucro dos mais ricos e poderosos. Segundo este pensador norte-americano, considerado o “pai” da economia enquanto ciência, *“Apesar do seu egoísmo e rapacidade, embora pensem apenas nos seus próprios interesses, embora o único fim que se propõem alcançar a partir de milhares de empregados ao seu serviço seja a gratificação dos seus próprios desejos vãos e insaciáveis, os ricos partilham com os pobres o produto de todos os seus progressos. São guiados por uma mão invisível que os leva a fazer uma distribuição dos bens necessários à vida praticamente equivalente à que teria sido feita se a terra tivesse sido dividida por todos os seus habitantes em partes iguais, e assim, sem o pretenderem ou sem que o saibam, promover o interesse da sociedade, e proporcionar os meios para a multiplicação da espécie”*.<sup>2</sup>

Hoje sabemos que não é bem assim. De facto, a maioria da população está parcial ou totalmente excluída da participação na produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Por outro lado, os modelos capitalista e consumista apelam à competição, mas não “socializam” as ferramentas para que todos o possam fazer. Acresce a isto que com o aumento das tecnologias a necessidade de mão-de-obra diminui e o grau de exigência aumenta: cada vez há mais gente de fora dos processos produtivos. Por todas estas razões a distribuição da riqueza é tudo menos equitativa e justa, o que acaba por ser um dos pilares fundamentais da economia social ou, se preferirem, de cariz solidário.

A Economia Social é, também ela, um espaço de diversidade que começa nos diferentes modelos organizativos, eivados de razões históricas e motivações culturais e políticas, e acaba na interpretação que fazem do papel que têm na Sociedade e nas prioridades que a partir daí estabelecem. Ao con-

2 - Smith, Adam, 2014, A Riqueza das Nações, Volume I, Fundação Calouste Gulbenkian

ceito plasmado na Lei 30/2013, de 8 de Maio, segundo o qual a Economia Social é o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo por:

- a) cooperativas;
- b) associações mutualistas;
- c) misericórdias;
- d) fundações;
- e) instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f) associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social<sup>3</sup>, contrapomos uma visão de economia solidária de Roque Amaro, segundo o qual *“ao contrário da economia de mercado, a de cariz solidário procura valorizar o património, a identidade, os valores e a gastronomia local, garantindo a sua sobrevivência sustentável, tem preocupações ambientais, tenta valorizar a relação com o território em que está inserida a empresa ou instituição – promovendo o desenvolvimento local – e privilegia a interação entre a prática e a reflexão teórica”*. A diversidade, nos múltiplos planos em que a queiramos situar, para encontrar uma identidade neste conceito de economia solidária que, obviamente não colhe a unanimidade das opiniões ou mesmo simpatia dos estudiosos da matéria.



Independentemente da sua matriz, as organizações existem em função dos contextos e públicos que servem e, muitas vezes, ficam cativas da sua própria natureza “especializada”, que lhes condiciona o exercício dinâmico de intercooperação que situações complexas como as que têm a ver com a inclusão, por exemplo, impõem. As comunidades não são realidades estáticas e vão construindo dificuldades à ação com diferentes níveis de dificuldade, que só com o fomento de sinergias entre organizações consubstanciadas em formas concretas de intercooperação se conseguem superar. A verdade é que na intervenção social e comunitária, ninguém consegue nada sozinho, o que determina que a parceria, mais do que uma opção estratégica, seja um caminho incontornável para a qualidade e sustentabilidade da ação. É igualmente importante referir nesta altura que o trabalho em parceria não é fácil e a primeira das dificuldades está nas organizações, que são por natureza idiossincráticas: cada uma tem a sua história, a sua cultura, o seu olhar e

3 - Artº 2 e Artº 4º da Lei de Bases da Economia Social, Lei 30/2013



as suas prioridades, e nem sempre é fácil colocar essas marcas identitárias no mesmo plano que as do potencial parceiro.

- As virtualidades da Economia Social são geralmente reconhecidas em teoria, mas nem sempre têm consequências políticas e/ou práticas
- Não temos uma cultura de valorização política da Economia Social
- O conceito de economia social pressupõe vínculos de parceria e intercooperação que, na realidade, não existem.

O trabalho em parceria tem sempre implícitas três dimensões fundamentais: partilhar, complementar e ganhar. De facto, o parceiro só se envolve quando identifica vantagens ou ganhos nos processos de partilha intrínsecos à parceria e quando compreende e suporta a dimensão de complementaridade das diferentes ações dos parceiros no quadro da ação em parceria. A parceria só é eficaz se for funda em condições claras e objetivas, comprometidas e assumi-

das inequivocamente pelos parceiros. O processo de dinamização de uma parceria, na fase preliminar e no decurso da ação pressupõe que se tenham em conta quatro dimensões: a natureza diversa dos parceiros, as relações de parceria estabelecidas geograficamente e por projeto, predisposição para negociar, os impactos da ação nos parceiros do ponto de vista do seu desenvolvimento (parceria de desenvolvimento)<sup>4</sup>. Trabalhar em parceria significa dar o salto do “eu” para o “nós”.

Falemos agora de outros nós, aqueles que afinal dão consistência a qualquer rede. Quando falamos no trabalho em rede estamos a falar de um sistema que promove uma articulação de nós através de determinado número de conexões<sup>5</sup>. Estes nós são *a priori* heterogéneos no tempo e no espaço e esta propriedade é a base para a necessidade de conexões desencadeadas pela rede<sup>6</sup>. Por princípio, “a distância (ou intensidade e frequência da interação) entre dois pontos (ou posições sociais) é menor (ou mais frequente ou mais intensa) se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não lhe pertencerem”<sup>7</sup>. Funcionar em rede não é fácil. As redes implicam uma multiplicidade de conexões e percursos alternativos, que diversificam as opções disponíveis e reforçam o “poder de conexão”. Implicam regras e atores coletivos e/ou individuais para assegurar o funcionamento da estrutura, na base de fontes de informação e conhecimento, recursos financeiros, logísticos e humanos e condições específicas (técnicas, económicas, sociais, políticas e ambientais). Claro que quando falamos de parcerias e trabalho em rede, não podemos ignorar as pessoas concretas que corporizam a ação. As pessoas que integram

4 - Foi uma ideia muito desenvolvida e trabalhada no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, que tinha um grupo temático exclusivamente dedicado ao tema das Redes e Parcerias

5 - Castells, 2002, p. 606; Dupuy, 1994, p. 145

6 - Dupuy, 1994, p. 145

7 - Castells, 2002, p. 606

PARCERIAS e REDES, particularmente os seus líderes ou facilitadores e os próprios responsáveis pelo acompanhamento e gestão global destas comunidades de práticas e redes humanas colaborativas, podem considerá-las como organismos vivos que têm que gerir em permanência três agendas distintas de atividades da própria equipa: a agenda A, que tem a ver com a produção, a agenda B que tem a ver com a Relação e a agenda C que tem a ver com a Mudança. A maior ou menor displicência com que se gerem estas agendas no seio das parcerias e das redes, pode determinar prioridades e eficácias mais ou menos consequentes. Na agenda A cabem todas as atividades instrumentais e operacionais, como definir objetivos, planear recursos e meios, identificar competências, gerir e controlar recursos logísticos e custos, concretizar produtos, etc; na agenda B inscrevem-se as preocupações de relação,

**O trabalho em parceria tem sempre implícitas três dimensões fundamentais: partilhar, complementar e ganhar**

isto é, tudo o que tem a ver com identidade, coesão, comprometimento, pertença, confiança, valores, etc.; já na agenda C inscreve-se tudo aquilo que muda, ao nível das competências das pessoas e das organizações, das estratégias de sustentabilidade e qualidade, da inovação acrescida, da transferência e apropriação de práticas bem sucedidas, etc<sup>8</sup>. Muitas vezes, as redes e parcerias não são eficazes porque se descursa uma ou mais destas agendas. Sendo em si mesma um domínio de diversidade do ponto de vista das diferentes culturas organizacionais que a integram, a Economia Social é capaz de construir respostas ajustadas para a diversidade de problemas que as comunidades e territórios querem ver resolvidos. A intercooperação é um caminho incontornável e as organizações terão tanto maiores possibilidades de sucesso quanto maior for a abertura para o trabalho em parceria e em rede.



São muitas as intervenções públicas que reconhecem a economia social e o seu papel como umas das soluções para a economia mundial. Para Lucas Jahier, o President of the various interests Group European Economic and Social Committee, *“the social economy is a sector which makes a significant contribution to employment creation, sustainable growth and to a fairer income and wealth distribution.”* (Chaves e Monzón, 2012).

Ao nível europeu é reconhecida a importância do setor pela sua capacidade de conjugar lucro com inclusão social e sistema de governação democrática. Verificamos uma emergente narrativa de reconhecimento e reforço da importância da Economia Social em todos os espaços de discussão e de decisão.

Existe, no entanto, um longo caminho e muito a fazer para estabelecer um quadro de entendimento e compreensão e fundamentalmente um depositar de confiança pelos poderes públicos na resolução dos problemas que a sociedade contemporânea se confronta.

Continuamos a assistir a reservas por parte dos decisores públicos e, paradoxalmente, a uma realidade distinta entre o discurso e a prática.

Perante este enquadramento, o presente trabalho tem como primeiro item as diferentes abordagens terminológicas e a delimitação das entidades da economia. Num segundo ponto, pretendemos compreender o processo, o alcance e a escala da Economia Social na UE e, por último, o enquadramento e opção nacional, espelhada na Lei de Bases da Economia Social.

O termo Economia Social surge de forma expressa na literatura pela primeira vez em 1830 através de Charles Dunoyer, um economista liberal francês, na sua publicação *Treatise on social economy*. Neste período surgiram em França uma diversidade de

correntes de pensamento económico, muitas delas, influenciadas por T.R. Malthus e S. de Sismondi, que reconheciam a existência de falhas de mercado levando a desequilíbrios de ordem social. Não considerando a Economia Social como uma alternativa ou uma complementariedade ao capitalismo, estes economistas e os seu seguidores, aproximam-se da sociedade e do que é social, perseguindo uma reconciliação moral e uma procura da moralização dos comportamentos individuais.

A Economia Social sofre uma profunda reorientação na segunda metade do século XIX, sobre a influência de dois economistas, John Stuart Mill and Leon Walras.

O primeiro dedicou uma considerável atenção às dimensões cooperativas e mutualistas, defendendo o incentivo deste tipo de entidades tanto pelos benefícios económicos como pelos morais. Neste ponto, também Leon Walras considerava que as cooperativas poderiam preencher uma função importante na resolução da conflitualidade social, fundamentalmente, pela introdução de uma dimensão democrática e participativa nos processo de produção. *“Economic role, not by doing away with capital but by making the world less capitalist, and a moral role, no less considerable, which consists in introducing democracy into the workings of the production process”* (Monzón, 1989).

Assim, Walras deu um contributo enorme para o reconhecimento da economia social nas ciências económicas e na dissiminação da atividade economia através das cooperativas, sociedades mutuas e associações, tais como as conhecemos, inspiradas pelos valores democráticos do associativismo, do mutualismo e do cooperativismo.

Actualmente, estas entidades são uma parte importante da dinâmica da economia mundial. Sublinhamos as cooperativas que têm mais de 1 bilião de membros por todo o mundo e as 300 maiores cooperativas totalizaram um resultado “annual turnover of” de 2 triliões de dolares em 2010. ICA - Blueprint for a Cooperative Decade (2013).

As cooperativas têm conseguido resistir aos ciclos económicos e às crises económicas ao longo da história e, mais importante, independentemente da sua dimensão quantitativa, têm contribuído para a resolução dos problemas sociais emergentes e contribuindo para um crescimento económico sustentável.

### A DIVERSIDADE TERMINOLÓGICA

Quando nos debruçamos sobre o tema da Economia Social, somos surpreendidos pela diversidade de termos a designar este campo. *“El concepto de Economía Social es extraordinariamente heterogéneo y amplio.”* (Angulo, 2010) pag.65. É notória a diversidade de definições possíveis de serem encontradas na literatura para a expressão Economia Social. Podemos afirmar que existem quase tantas definições do conceito quantos os autores que sobre ele se debruçam.

A Economia Social *“encerra um paradoxo terminológico e traduz um conceito ambíguo e impreciso”*. (Campos, 1992), principalmente pelo fato de não estar totalmente limitado o seu conteúdo.

A leitura de alguma literatura permite-nos entender que a *“definição da noção de economia social, bem como dos tipos de organizações que dela fazem parte, estará dependente do contexto histórico e social no qual está e tem lugar, bem como das posições assumidas pelos grupos interessados no desenvolvimento do setor”*. (Nunes, Reto e Carneiro, 2001)

Este entendimento de que o contexto histórico, social e económico influencia o conceito e a sua de-

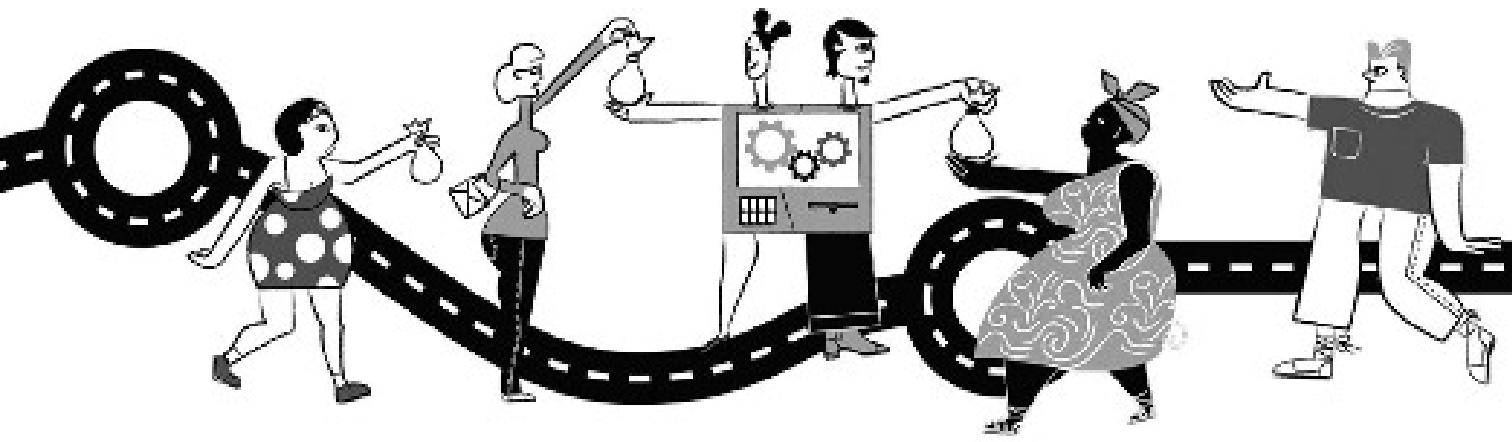
limitação, é facilmente verificado na comparação das várias definições.

Sublinhamos a dificuldade em aplicar critérios dicotómicos na delimitação e nas fronteiras setoriais. Nas características Institucionais e na classificação das organizações identificamos com facilidade que as distinções público-privado e lucrativo-não lucrativo têm entendimentos diferentes de países para países. *“The social and economic reality which in this work we refer to as the ‘Social Economy’ is widespread and in evident expansion throughout the European Union. However, this term as well as its scientific concept, is not unambiguous across all the different countries of the Union, and in some cases not even within a single country, but usually coexists with other terms and similar concepts.”* (Chaves e Monzón, 2007)

O contributo de Chaves Ávila, R. e Monzón Campos, JL (2007) para a Comissão Económica e Social Europeia *“consideran que las empresas de economía social se encuentran en un lugar intermedio entre el sector privado y el sector público”* (Angulo, 2010) sendo a propriedade do capital que diferencia os três setores.

Para Barea Tejeiro (1990) descreve como *“El conjunto de empresas privadas que actúan en el mercado con la finalidad de producir bienes y servicios, asegurar o financiar y en las que la distribución del beneficio y toma de decisiones no están ligadas directamente con el capital aportado por cada socio”*. (Angulo, 2010)

Em 1999 o CIRIEC define como *“conjunto de empresas privadas que actúan en el mercado con la finalidad de producir bienes y servicios, asegurar o financiar*



*y en las que la distribución del beneficio y la toma de decisiones no están ligadas directamente con el capital aportado por cada socio, correspondiendo un voto a cada uno de ellos.”*

Mais recentemente, Cano López (2002), decreve como *“aquel sector de la realidad socio económica caracterizado por la persecución de objetivos de interés general a través de un conjunto de formas empresariales que, además de desarrollar una actividad económica bajo criterios de economicidad, sirven de cauce directo a la constitucionalmente obligada intervención del Estado en la vida económica”* (Angulo, 2010) pag.70

## ECONOMIA SOCIAL NA UNIÃO EUROPEIA

Têm sido muitas as iniciativas no espaço europeu centradas no debate da definição de Economia Social na tentativa de clarificar os seus limites levando à promoção de um quadro normativo e de proposta de ação.

No 1º Congresso de Economia Social, que se realizou em Madrid (OBESP, 2011), a discussão sobre a definição de Economia Social indica já a identificação das organizações que integram a sua esfera de ação. Este congresso permitiu atribuir a designação de Economia Social a toda a actividade económica baseada na associação de pessoas em entidades de natureza democrática e participativa cuja primazia é dada aos contributos e ao trabalho pessoal mais do que ao capital. Resulta do congresso a afirmação de

**O CIRIEC de Espanha afirma que a Economia Social, é a forma que inclui empresas que agem para o mercado com o objectivo de produzir bens e serviços de seguros ou de finanças, mas cuja distribuição dos excedentes e tomada de decisão não estão directamente ligadas ao capital trazido por cada membro**

que as associações deste sector são: a) cooperativas e associações de produção; b) mutualidades; c) associações e fundações e outras entidades que respeitam os princípios da Economia Social.

A Comissão das Comunidades Europeias reconhece como entidades da Economia Social as entidades em que a sua actividade produtiva se baseia em técnicas de organização específica. Essas técnicas estão baseadas em princípios de solidariedade e participação (essencialmente o de “um homem,

um voto”) entre os membros, sejam eles produtores, usuários ou consumidores, e também os valores da autonomia e da cidadania. Em geral cada entidade adopta a forma legal de cooperativa, mutualidade ou associação.

De forma mais sustentada, do ponto de vista académico, o CIRIEC de Espanha afirma que a Economia Social é a forma que inclui empresas que agem para o mercado com o objectivo de produzir bens e serviços de seguros ou de finanças, mas cuja distribuição dos excedentes e tomada de decisão não estão directamente ligadas ao capital trazido por cada membro. Todos os membros têm o mesmo peso e capacidade nas tomadas de decisão e isso não depende do seu capital. Segundo o CIRIEC, a economia social também inclui agentes económicos cuja principal função é produzir serviços que não são para vender a certos grupos ou famílias e que são financiados através de contribuições voluntárias feitas pelas famílias na sua qualidade de consumidores.

Uma das recentes definições de Economia Social é apresentada na Carta de Princípios da Economia Social que considera como princípios orientadores *“The primacy of the individual and the social objective over capital, voluntary and open membership, democratic control by membership (does not concern foundations as they have no members). Combination of the interests of members/users and/or the general interest, defence and application of the principle of solidarity and responsibility, autonomous management and independence from public authorities, use of most of the surpluses to pursue sustainable development objectives, services of interest to members or the general interest.”* (Chaves e Monzón, 2008).

O manual da Comissão Europeia para a elaboração das contas satélite das empresas da Economia Social define estas como o conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamento, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão directamente ligadas ao capital ou às quotizações dos

seus associados, correspondendo um voto a cada um deles.

A Economia Social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de “não mercado” a agregados familiares, e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.

É evidente, na leitura da definição destas entidades europeias, um conjunto de princípios e valores que são a base e o suporte dos principais entendimentos sobre o enquadramento terminológico e as entidades que compõem o universo da economia social.

#### ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL

Segundo o Observatório da Economia Social em Portugal (OBESP) a Economia Social oferece bens ou serviços que correspondem a necessidades sentidas pelos indivíduos a que se destinam.

Apresentam uma permanente preocupação para que essa oferta seja efectuada optimizando a relação qualidade/preço e na procura sistemática de um excedente operativo, dentro de um quadro de desenvolvimento sustentável.

A preocupação de promover a participação alar-



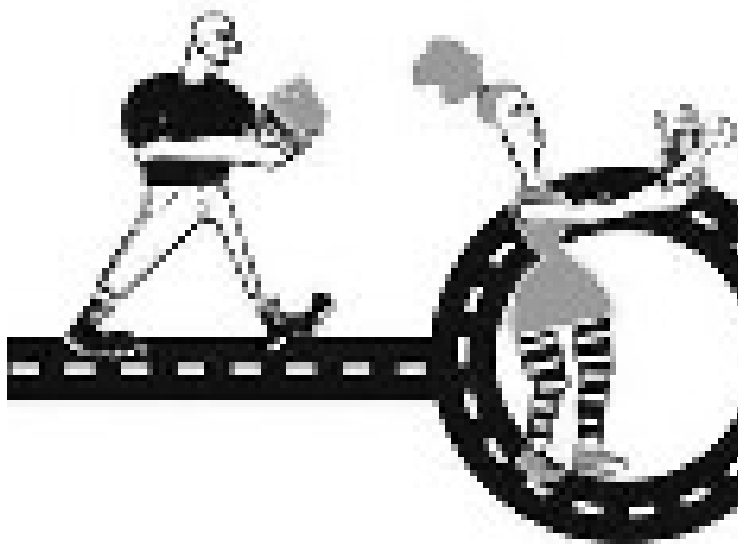
gada no processo de decisão organizacional está presente de forma permanente, assim como a solidariedade, pese embora as diferenças de natureza, missão, dimensão, modelo de gestão, sector de actividade etc.

Para o Observatório é evidente que as organizações, apresentam duas características: uma preocupação com os indivíduos e a concessão de uma importância primordial aos aspectos sociais.

Um das características convergentes das organizações que integrem a Economia Social são os valores que defendem, e que ajudam a entender os limites das entidades que a compõem, nomeadamente o respeito pela dimensão humana, o combate à exclusão social, a vontade de promover espaços de realização individual, uma visão democrática e participada da organização e autonomia de gestão. Estas entidades caracterizam-se pela primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, como pela assumpção de responsabilidades, quer individuais quer colectivas. Em virtude da sua natureza, as organizações de Economia Social não são movidas por objectivos ditados exclusivamente por uma estratégia de mercado, já que a sua existência visa satisfazer necessidades sociais, promover a coesão social, combater a exclusão ou suprimir as falhas e lacunas que as organizações pertencentes aos demais sectores da economia, apresentam a esse respeito.

Do ponto de vista do resultado, o aspecto fundamental que diferencia as organizações de Economia Social das empresas capitalistas é que, enquanto nestas últimas, os principais beneficiários são os seus próprios investido-

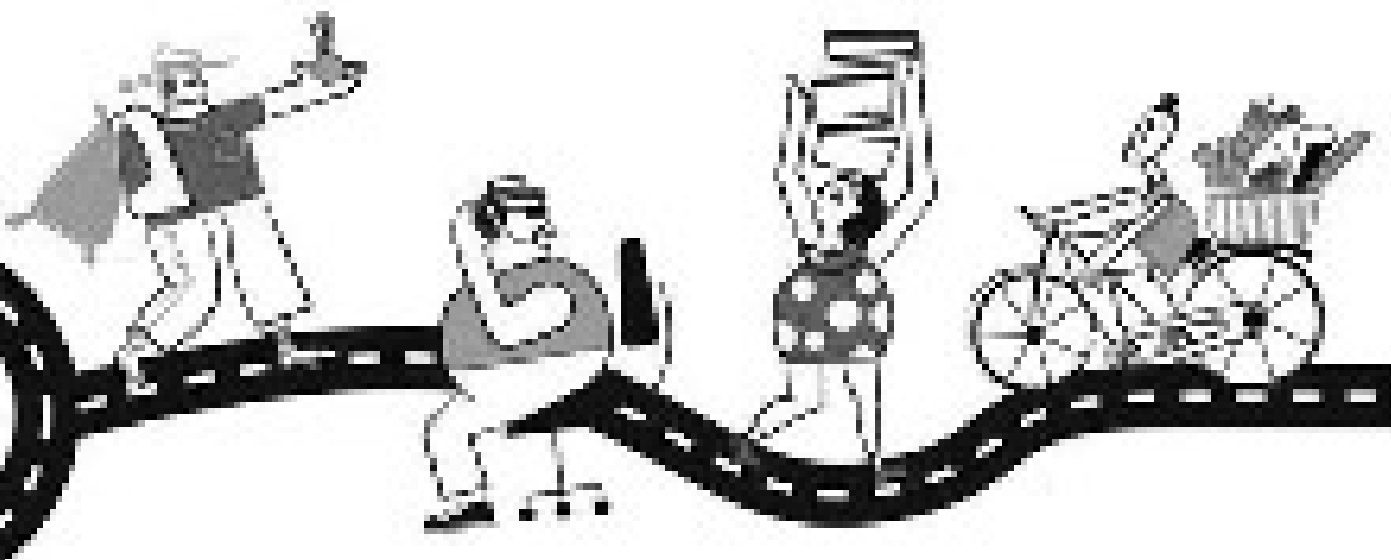
***A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de “não mercado” a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam***



res, que recebem para si mesmo o “sobrepuro” social (ou seja, o excedente operativo sob a forma de lucro), nas organizações de Economia Social, caso exista, a apropriação desse excedente é colectiva e destina-se a dar continuidade aos objectivos organizacionais, a satisfazer os seus usufrutuários directos e os seus assalariados e a comunidade em geral.

Devido às suas características, as organizações de Economia Social, têm sido responsáveis pela existência de uma abordagem diferente da actividade sócio-económica que consiste em privilegiar as pessoas em detrimento do capital. Consequentemente, não se prefiguram apenas como sendo organizações produtoras de bens ou serviços, mas igualmente como produtoras de conexões sociais, aspecto fundamental para a gestão de capital social.

Para o Observatório da Economia Social em Portugal a opção centrou-se numa definição operacional assente na dimensão



institucional que privilegia a conceptualização da Economia Social com base no tipo de organizações que a compõem.

O consenso sobre a definição do conceito deve centrar-se em critérios objectivos e directamente observáveis e, igualmente, pesar a operacionalidade do conceito, nomeadamente em termos da sua utilização pela Administração Pública (em particular pela Estatística Nacional) e pela investigação científica.

*“A Economia Social, com enfoque nas expressões coletivas que sempre assumiu, é um inegável espaço dedicado à Pessoa e ao desenvolvimento das suas capacidades e ambições, assente na promoção do indivíduo e da Comunidade em que este se insere”* Carta de Cascais para Economia Social (2013).

#### A LEI DE BASES DA ECONOMIA SOCIAL

A Lei de Bases da Economia Social, aprovada pela Assembleia da República em 15 de Março e promulgada pelo Presidente da República a 23 de Abril de 2013, caracteriza-se pela unanimidade e consenso alargado na sociedade portuguesa.

Este quadro normativo vem dar corpo às aspirações profundas das entidades e dos agentes que intervêm no setor. Atribui responsabilidade aos poderes públicos e potencia a democratização da economia, contribuindo para o desenvolvimento estável e sustentado, através do compromisso cívico, do de-

envolvimento das comunidades locais e das boas práticas do investimento e do consumo responsável.

*“Reconhecer a Economia Social, pelo seu valor e pela importância da sua ação na Sociedade, significa perfi-lhar o seu papel no desenvolvimento e no crescimento económico-sociais portugueses.”* (Carta de Cascais para Economia Social, 2013)

O contexto atual de crise coloca as entidades da Economia Social na primeira linha de resposta que assumem um *“crescente papel catalisador num momento de contração económica e financeira, onde as necessidades sociais se tornam ainda mais prementes e novas necessidades são geradas.”* (Carta de Cascais para Economia Social, 2013)

#### CONCLUSÃO

*“A grande diversidade de organizações e consequente amplitude de objectivos por elas perseguidos, aconselha a uma delimitação ampla e difusa do conceito.”* (Nunes, Reto e Carneiro, 2001).

O enquadramento normativo nacional espelhado na Lei de Bases da Economia Social apresenta uma pluralidade de agentes da economia social, baseando a sua atuação em princípios orientadores que as caracterizam e que, coloca a Economia Social, como um espaço de oportunidades e *um espaço privilegiado de inegável inovação e empreendedorismo sociais* (Carta de Cascais para Economia Social, 2013).



# A DIVERSIDADE COMO ALICERCE DE COOPERAÇÃO

**Ana Cláudia Albergaria** *Núcleo Distrital do Porto da EAPN Portugal*  
*Socióloga*

O reconhecimento de que a Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social é uma responsabilidade de “todos” e não só do “Estado” ou do “Terceiro Sector” ou do “Sector da Solidariedade” é algo que está presente há muito tempo nos discursos e orientações dos diferentes atores/instituições, com responsabilidades “diretas” neste campo de atuação, desde o nível internacional ao local. Contudo, esta atitude de reconhecimento, já inquestionável, não se tem

refletido em práticas consonantes com esse pressuposto. O Trabalho em Rede/Parceria tem-se desenvolvido, sim, e tem vindo a crescer, mas não com a profundidade e eficiência necessária, apesar de podermos dizer que se assume já com um certo carácter obrigatório, refletido em todas as orientações nacionais, europeias e internacionais que regem, nomeadamente, a documentação estratégica e os apoios a projetos sociais de luta contra a pobreza.

O entendimento sobre quem são “todos” e, mais do que isso, o assumir da coresponsabilidade por parte de “todos”, são questões que devem merecer a nossa atenção, para assim podermos abordar o trabalho em rede e/ou em parceria, assim como a concertação e a cooperação na diversidade.

Desde sempre existiram várias realidades de pobreza e de exclusão social, o seu caráter multidimensional é assumido mundialmente e só isso bastaria para que todos os setores e organismos, públicos e privados da sociedade, se envolvessem nessa luta. Assim, repensar atores, estratégias e objetivos, é fundamental, para que o combate à pobreza não se traduza em ações isoladas e desajustadas aos novos desafios, correndo-se assim o risco de não promoverem as mudanças necessárias nem a emancipação das pessoas que vivem em situação de pobreza, mas sim a manutenção dessas situações. São questões fundamentais, tanto mais quanto assistimos a mudanças extremamente rápidas de nível global que afetam profundamente o nível nacional e local e, consequentemente, que provocam o surgimento de novos contornos nos rostos de quem está em situação de pobreza e exclusão social mas também nos rostos de quem (e com aqueles), deve estar no combate à pobreza.

Algumas dessas mudanças drásticas resultaram da crise iniciada em 2008, que afetou profundamente todos os sectores da sociedade e, de forma muito particular, o sector da solidariedade ou da economia social. No estudo realizado pela EAPN em 2015, sobre o impacto social e institucional da crise económica e financeira nas organizações do terceiro sector verificou-se que as entidades, quando inquiridas sobre o futuro do setor, “(...) apostam em uma maior cooperação, quer com o Estado, quer com as organizações congéneres, numa lógica de trabalho em rede. (...) Algumas organizações consideram que se reforçará, de forma mais paritária, a cooperação com o Estado, enquanto outras assinalam o desenvolvimento de uma maior cooperação com

as empresas e envolvimento de comunidades ao nível de doações e voluntariado”<sup>1</sup>. O mesmo estudo conclui que, apesar de a crise ter abalado profundamente o terceiro sector, este não deixou de cumprir a sua missão tendo mantido a qualidade dos serviços, com um esforço acrescido mas não descuidando o essencial. Algumas estratégias de superação dos desafios passaram por uma aposta na inovação social e no empreendedorismo, sempre associada a um trabalho em parceria e de partilha de recursos, além do recurso a apoios comunitários via Horizonte 2020.

Outro fenómeno que tem contribuído massivamente para a reconfiguração das sociedades e para a diversidade social e cultural são os fluxos migratórios internacionais, com destaque para o fluxo de refugiados (que sofrem perseguição de ordem política, religiosa ou étnica). Estes acontecimentos reforçaram o caráter plural da pobreza e da exclusão, obrigando a um esforço acrescido de (re)adaptação a novas realidades, de (re)aprendizagem no convívio com novas culturas e de abertura para trabalhar com novas problemáticas.

Perante as “novas realidades” e os novos desafios, torna-se fundamental a adoção de atitudes mais cooperantes e de ações concertadas entre todos os interessados na luta contra a pobreza e a exclusão social, ou seja: entidades do terceiro sector (e entre elas, no âmbito da diversidade que o sector contempla); o Estado; o Poder Local; as empresas e os cidadãos/as comunidades (quer as pessoas que vivem em situação de pobreza e exclusão social, quer os voluntários, os doadores, educadores, etc..).

Estas novas realidades levantam algumas questões que se refletem em eventuais desafios à promoção

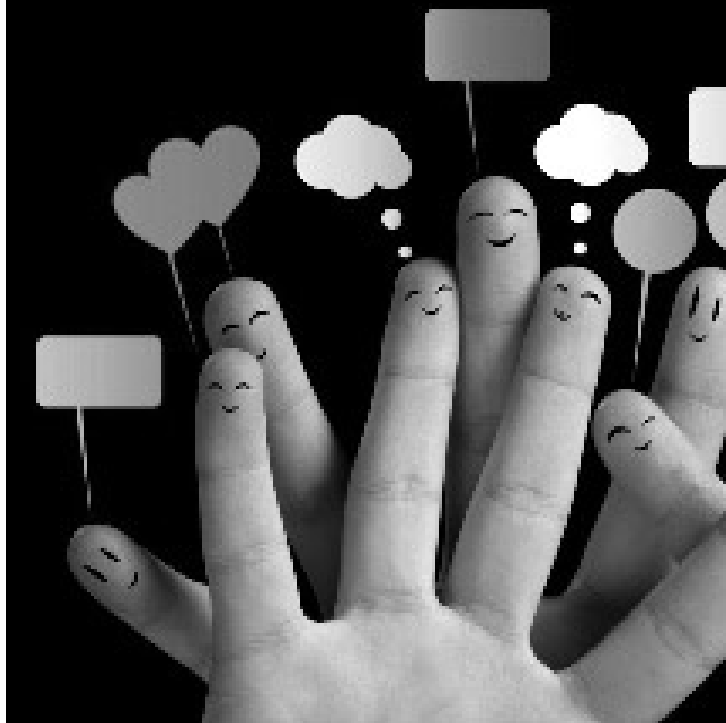
---

1 - Santos, Elisabeth, et al; O impacto social e institucional da crise económica e financeira nas organizações do Terceiro Sector, *Cadernos EAPN 22, Porto, EAPN Portugal, 2015, p. 233.*

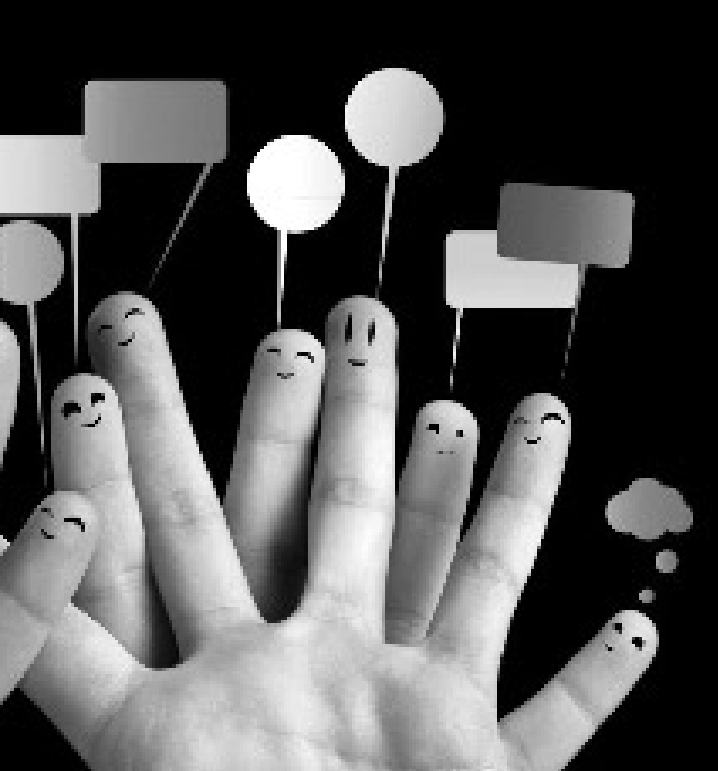
da concertação social e da cooperação na diversidade, entre os quais salientamos:

- A dificuldade que existe em avaliar e comunicar o impacto do trabalho desenvolvido pelas instituições do terceiro sector e, conseqüentemente, a sua fraca capacidade para atrair parceiros fora do setor da solidariedade/Investidores sociais.
- A cultura empresarial e a cultura do setor da solidariedade desenvolveram-se historicamente de forma isolada, com recurso a linguagens próprias e a (pre)conceitos que por vezes contribuem mais para o reforço de muros do que para a construção de pontes. A Responsabilidade Social das Empresas é algo ainda em construção que deverá merecer uma atenção especial, pela potencialidade que tem ao nível da cooperação e da concertação que se deseja.
- As representações sociais e os estereótipos que existem sobre as pessoas que estão em situação de pobreza e de exclusão social e que são transversais a todos os setores de atividade, publico e privado, incluindo o terceiro sector, dificultam um trabalho concertado e cooperante, em busca de soluções coletivamente construídas. Segundo o estudo realizado pela EAPN Portugal sobre o impacto das representações sociais na luta contra a pobreza em Portugal, concluímos que “existe uma tendência para o desenvolvimento de representações sociais negativas, sobre as causas da pobreza, predominando explicações de cariz individual em detrimento do social. Como são exemplo alguns estereótipos: a pessoa encontra-se em situação de pobreza porque não quer trabalhar, porque quer viver à custa dos subsídios, porque não tem vontade de sair da situação pobreza, porque é preguiçosa, malandra, porque é fraudulenta ou manipuladora”<sup>2</sup>.

2 - Albergaria, Ana Cláudia; et al, Bem-Me-Quer, Mal-Me-Quer – O impacto das representações sociais na luta contra a pobreza em Portugal; *Cadernos EAPN 19, Porto, EAPN Portugal, 2014, p 103.*



- A sustentabilidade das instituições do Terceiro Sector está, ainda, predominantemente dependente do Apoio do Estado, o que tem contribuído para alguma passividade ao longo de muitos anos, por parte das instituições, em termos de inovação e de capacidade empreendedora, o que surge agora, mais que nunca, como um desafio ao qual é urgente dar resposta e relativamente ao qual a cooperação entre entidades do terceiro sector e fora dele – com atores da economia “não social” – será fundamental, nomeadamente ao nível de formação/desenvolvimento de novas competências.
- A fraca disseminação de boas práticas ao nível da cooperação na diversidade dificulta a contaminação positiva, com a qual se poderia dar um impulso fundamental para a mudança de paradigma de luta contra a pobreza. As boas práticas ficam ainda muito fechadas dentro das instituições parceiras/do sector social e/ou do sector empresarial. A comunidade em geral não conhece o que se faz de melhor, ou de mais inovador, ao nível da luta contra a pobreza e a exclusão social. É necessário apostar, também, em ações mais concertadas e



cooperantes com os meios de comunicação social, para que a informação seja construtiva, traduza a realidade (não os estereótipos) e contribua para o esclarecimento e para a dignidade de toda a pessoa humana.

- A educação para o convívio salutar e enriquecedor com a diversidade ainda não é uma realidade. As diferentes áreas do saber estão muito compartimentadas e não permitem a preparação para a vida em sociedade, porque apostam quase exclusivamente na preparação para a profissão, negligenciando as questões éticas, os valores, a interligação entre todas as áreas e uma abordagem cooperativa e interdisciplinar. Uma questão se levanta ao nível da Educação: com as transformações tão velozes a que temos assistido, como se justifica o mesmo paradigma de educação escolar há séculos? A história contada da mesma forma; os métodos desenvolvidos da mesma maneira? Como mudar a forma de trabalhar por parte dos diferentes setores de atividade se não preparamos os nossos jovens para a cooperação, para a interajuda, para a importância da aceitação das diferenças e para o reconhe-

cimento da riqueza que advém da partilha de diferentes culturas, diferentes saberes, diferentes religiões, diferentes origens? Como podemos promover a cooperação em contexto de diversidade se não reconhecermos os benefícios de rentabilizarmos recursos e de pormos o melhor de nós ao serviço dos outros? Pelo contrário, temos assistido ao fomento da competitividade desumana, da conquista do poder à custa de tudo e de todos e à valorização do individualismo exacerbado.

- O desenvolvimento do trabalho em rede ainda acontece, maioritariamente, numa atmosfera de competitividade e não de concertação, embora com todas as estruturas e recursos formalmente constituídos, como as Redes Sociais e outras plataformas de ONG's, com diferentes funções e de diferentes naturezas e níveis de intervenção. É necessário aproveitar as estruturas já criadas. O terceiro sector tem resistido bastante à introdução da inovação tecnológica, das novas formas de comunicação e de informação, condição fundamental para o trabalho de cooperação, nomeadamente, internacional. A cooperação deverá resultar quer da rentabilização e do estímulo de plataformas de comunicação e de trabalho em rede, sinergias e recursos, já existentes a nível internacional, nacional e local, quer do estabelecimento de novas parcerias e novos protocolos que ultrapassem em muito o mero carácter contratual e se reflitam, de fato, na melhoria das condições de vida e no bem-estar dos cidadãos.

A Cooperação é tanto mais importante quanto mais necessitamos de estar abertos ao intercâmbio de conhecimentos, de novas perspetivas de análise, novos paradigmas de intervenção. A este nível, a ponte entre o terceiro setor e o mundo empresarial/instituições com fins lucrativos (no sentido de acumulação de capital financeiro) é ainda frágil e necessita de ser reforçada, sob o risco de não conseguirmos dar resposta aos desafios atuais. Estas sinergias com “novos atores” na luta contra a pobreza e a exclusão social

implicará uma (re)configuração dos pressupostos e estratégias de atuação do Terceiro Sector (que não deve perder o foco na sua missão e nos valores que a orientam); de outros atores da sociedade civil, assim como do sector Público e Empresarial. Porque, de fato, todos estes “atores” influenciam e são, ao mesmo tempo, influenciados por o que se passa

ao nível do desenvolvimento social, económico, cultural e, em última instância, pelos níveis de exclusão e de pobreza existentes. Assim, torna-se cada vez mais imperativo que ponham à disposição os seus diferentes papéis e conhecimentos, em prol da Coesão Social, mesmo reco-

nhecendo que existem divergências substanciais em termos de estratégias e de metas a atingir, não obstante a comunhão de objetivos capitais.

No atual contexto de crise económica e social e com a diversidade de problemáticas daí resultantes, torna-se fundamental preservarmos os valores da solidariedade e da defesa dos direitos humanos fundamentais face a todos os seres humanos que necessitam de proteção, nomeadamente internacional. Um contributo importante será certamente a aposta na educação intercultural e na promoção do diálogo interreligioso, quer a nível europeu, quer a nível nacional e local, para que os fluxos migratórios a que estamos a assistir se convertam num maior enriquecimento das próprias sociedades. Esta (re)educação não passará só pela ação com as comunidades escolares, mas pela cooperação entre todos os que possuem responsabilidade na formação/educação dos cidadãos para a vida em sociedade. Os principais atores de qualquer processo de cooperação para um mundo livre de pobreza e de



exclusão, terão de ser os próprios cidadãos. O desenvolvimento sustentado e duradouro só se concretiza com a participação das próprias comunidades na definição, planificação, desenvolvimento e avaliação dos processos de desenvolvimento pessoal e social.

A Diversidade é o alicerce sobre o qual, todos sem exceção, deverão apoiar-se para construir uma sociedade mais forte, onde todos terão um lugar especial, independentemente da sua origem, da sua cor, do seu género, da sua religião, da sua ideologia, da sua idade, da sua condição social, económica ou cultural. Todos temos de pôr mãos à obra, cooperando na construção deste edifício Humanizado, no qual seja possível viver com dignidade!

• • • • •  
 Criada em 1991, a EAPN Portugal é uma Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, obtendo em 1995 o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Sediada no Porto, conta com 18 Núcleos Distritais. Em 2010 foi-lhe atribuído, pela Assembleia da República, o Prémio Direitos Humanos.

• • • • •  
 Integra a EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza) a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais de ONGs, bem como de Organizações Europeias ativas na luta contra a pobreza.  
 • • • • •



**José Alberto Pitacas** *Vice-Presidente do CIRIEC Portugal*  
**Jorge de Sá** *Presidente do CIRIEC Portugal*

A sustentabilidade é um tema recorrente em reuniões e debates organizados pelas diversas entidades ou famílias de entidades da economia social.

Trata-se de uma questão central, com sentido e sentida pelas organizações e pelos seus dirigentes, sobretudo em tempos de crise económica, financeira e social.

Muitas são as pressões e as tensões na vida das organizações da economia social: necessidades sociais que carecem de resposta, complexidade da gestão,

exigências técnicas, dificuldades de financiamento, carência de recursos, etc.

No dia a dia, as entidades têm de provar a sua capacidade em honrar compromissos, de cumprir aquilo a que se propõem, de realizar a sua missão, de uma forma eficiente, consistente e duradoura.

É neste contexto que é costume colocar-se a questão da sustentabilidade, já que, correntemente, este conceito é sobretudo associado ao futuro das comunidades.

E, no entanto, para além do futuro, a sustentabilidade tem muito a ver com o presente e também com o passado.

De facto, a generalidade das organizações da economia social não pertence apenas àqueles que são seus membros num determinado momento, já que do passado lhes vêm os fundos próprios das organizações que constituem reservas indivisíveis e inalienáveis onde se fundamenta o princípio da solidariedade intergeracional.

E, por estas razões, tais reservas não são propriedade coletiva dos membros do momento, não pertencem a ninguém em particular, mas ao conjunto do movimento da economia social e solidária, passado, atual e futuro. Pertencem ao bem comum. Vêm do passado e tendem para o futuro. É em torno desses valores que os membros do momento das organizações da economia social e solidária se unem nessa longa cadeia de união aos que outrora a constituíram e aos que no futuro a irão continuar.

Daí que importa agir no presente, projetando de forma segura o futuro, mas também respeitando o passado, que é memória e raiz das organizações da economia social. Uma organização ou um movimento que não tenha memória está condenado à efemeridade.

A sustentabilidade assenta na valorização do património material e imaterial construído ao longo de gerações. A sustentabilidade assegura-se no respeito entre gerações presentes e passadas e na confiança entre as gerações presentes e futuras.

Ao definir, em cada momento, os meios e os processos mais eficientes e ao promover as atividades mais úteis, e como tal reconhecidas pela comunidade, a sustentabilidade visa responder aos fins das organizações, em coerência com os valores e os princípios que as orientam, no respeito pelo território em que se inscrevem.

Os fins e os valores não podem ser sacrificados, porque são esses que fundamentam a existência da organização, que definem a sua identidade. Identidade estreitamente associada ao território em que

se exprime, sabendo unir o que é local e global, ou seja unir o Homem e a Humanidade.

É esse o papel da economia social e solidária, onde a sustentabilidade lhe permite afirmar e reafirmar a identidade e a missão das pessoas concretas que a formam.

## AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade é um fenómeno multidimensional que pode ser entendido segundo duas perspetivas, que encerram diversas dimensões que se interrelacionam e que fazem da sustentabilidade um conceito plural.

- Uma **perspetiva externa**, considerando o enquadramento legal, político, cultural, económico e social que condiciona e desafia a atividade das organizações da economia social e solidária, a sua legitimidade, credibilidade e relevância social, a sua capacidade de influenciar as políticas públicas e os processos sociais, a sua capacidade de estabelecer parcerias.
- Uma **perspetiva interna** que destaca os desafios da gestão e as condições de eficácia e eficiência das organizações, mais virada para os problemas de capacitação, de organização e de gestão dos recursos e dos processos.

Destacam-se as dimensões social, económico-financeira, política, ambiental e de gestão.

- Social (vinculação, padrão de sociabilidade, ligação à comunidade);
- Económico-financeira (respostas atrativas e viáveis a necessidades sociais);
- Política (governança, transparência, prestação de contas, participação democrática);
- Ambiental (práticas amigas do ambiente);
- Gestão (tecnologia, qualificação, competência, formação, capacitação).

No contexto da economia social e solidária, a sustentabilidade é um garante de identidade e de autonomia que não pode ser encarada como uma mera gestão pela sobrevivência quotidiana, mas sim como uma garantia de



interno de cada organização. Tal é uma condição necessária, mas não suficiente. E este é um problema de muitas organizações, com o seu fechamento, já que ao virarem-se para dentro, em vez de gerarem, destroem capital social, ou seja perdem capacidades relacionais de atuação com base na confiança e no compromisso entre as comunidades com as quais, em conjunto, constroem identidade e território. Efetivamente, grande parte da resposta tem de vir da capacidade de estabe-

continuidade na prossecução da missão e do projeto, que obriga a uma continuada inovação social e a uma reinvenção de atividades e processos, de acordo com as exigências de cada tempo.

Por isso, a sustentabilidade implica **eficiência** na produção de bens e serviços e na gestão dos recursos; **eficácia** no cumprimento da missão e do projeto e **coerência** com os valores e princípios identitários. Para a sua plena concretização, a sustentabilidade implica a articulação permanente da confiança e do compromisso, bases de sustentação do capital social gerado e mantido pela atividade continuada e solidária das pessoas e das organizações num determinado território.

#### AS VIAS DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade carece de um enquadramento favorável e amigável, de capacidades internas de gestão e de adaptação, mantendo o foco na sua missão. O desafio da sustentabilidade passa por dentro das organizações, mas não se resolve apenas ao nível

lecer parcerias mutuamente vantajosas, do desenvolvimento da articulação entre as organizações, ou seja, da **cooperação**.

A cooperação é o conceito que se prende com a ação coletiva de pessoas, com o intuito de atingir objetivos comuns. Mas é também um chão de dimensões que contém a ideia de cooperação: comunicação, colaboração, coordenação, participação, interação. A cooperação exige o desenvolvimento do conceito da organização num patamar mais elevado. Cada organização é um agrupamento de pessoas que, em cooperação e em partilha, procuram atingir determinados fins, objetivos, porque cada um por si, dificilmente os consegue alcançar. O mesmo processo se aplica a cada organização, enquanto pessoa coletiva, pessoa jurídica constituída por pessoas físicas. A cooperação, exercício de confiança e compromisso entre os agentes, permite ganhar a escala e a dimensão necessárias para responder a várias questões, como as seguintes:

- Como ter voz e imagem junto dos poderes públicos e da comunicação social?

- Como influenciar o enquadramento legal e político e os processos sociais?
- Como reduzir ineficiências sem comprometer a relação de proximidade com as comunidades locais?
- Como reduzir custos sem perda de qualidade nos serviços prestados?

Estas e outras perguntas não têm resposta na mera atividade de cada organização. Carecem de uma ação partilhada, onde, sem amálgamas descaracterizadores, cada um afirma, no conjunto, a sua identidade, comungando valores. Porque o caminho se faz caminhando e é aí mesmo que reside a alegria mobilizadora e uma parte gratificante da recompensa do trabalho coletivo.

## COSSUSTENTABILIDADE E COOPERAÇÃO

Atualmente, no contexto da economia social e solidária, é muito difundido o conceito de autosustentabilidade económico-financeira das organizações. Tal significa um apelo à sustentabilidade de cada organização, *per si*, num quadro de maior autonomia financeira, de menor dependência de recursos escassos ou incertos.

Dir-se-á que tal desiderato, ao nível das organizações da economia social, está associado a um outro conceito, o de **cossustentabilidade**, isto é de sustentabilidade em cooperação.

Importa recentrar o lugar da cooperação na governação e na gestão das organizações da economia social, a fim

**O desafio da sustentabilidade passa por dentro das organizações, mas não se resolve apenas ao nível interno... já que ao virarem-se para dentro, em vez de gerarem, destrõem capital social, ou seja perdem capacidades relacionais de atuação com base na confiança e no compromisso entre as comunidades com as quais... constroem identidade e território**

de ultrapassar os enormes desafios que enfrentam. A economia social e solidária é um lugar onde as relações de cooperação se sobrepõem às relações de competição.

A resposta aos desafios actuais passa pela criação de redes de cooperação e de relacionamento entre as organizações, da mesma família, ou de outras famílias da economia social, preservando a sua identidade específica, a sua base local, em articulação com as comunidades mais próximas, a sua ação de proximidade, mas ganhando “músculo” técnico, humano, económico e financeiro.

A organização em rede, seja através de agrupamentos de segundo grau, como é o caso das uniões, federações e confederações, seja através de plataformas de base sectorial, regional, nacional ou transnacional, constitui uma forma essencial para a viabilidade das organizações, para o desenvolvimento de todo o setor, para a difusão dos valores da economia social.

As redes e plataformas – desde o nível autárquico até aos níveis nacional e internacional – constituem formas ajustadas à complexidade atual dos problemas sociais e respondem simultaneamente aos desafios da identidade e da sustentabilidade, aumentando a capacidade institucional, sem sacrificar a relação social de base local, a ligação às pessoas e às comunidades.

A importância do trabalho em rede, da ação dos agrupamentos de organizações tem-se refletido em diversas situações muito positivas:

- O diálogo com os poderes públicos e a assinatura de Protocolos de Cooperação, que constituem um instrumento que enquadra e regula as relações entre o Estado e o setor e que visa fortalecer a sustentabilidade financeira das organizações;
- A realização de ações de comunicação e imagem que aumentam a visibilidade das organizações e chamam a atenção da opinião pública para problemas específicos;
- A negociação de linhas de crédito e de apoio financeiro às organizações;
- A organização de serviços comuns, a formação e capacitação dos recursos humanos;
- A mutualização de recursos e saberes, com aumento da capacidade de aprendizagem e da base de conhecimento.

A economia social não é um “caldeirão” de entidades, pronto a cozê-las numa mistura em que cada família deixe de se reconhecer. Pelo contrário, é um espaço socioeconómico plural, com diversas formas jurídicas e organizacionais, mas irmanado por um conjunto de princípios orientadores que constituem o seu código genético e projetam uma racionalidade própria e comum.

A cooperação é uma condição da sustentabilidade de cada entidade e de toda a economia social. Uma cooperação sem reserva mental e sem instrumentalização mútua que crie sinergias, amplie a ação das partes e projete os valores da economia social.

No momento atual, esta cooperação passa por dar uma voz forte e coletiva ao conjunto das organizações da economia social e solidária portuguesa, ou seja, do setor cooperativo e social expresso da Constituição da República, o que passa, no respeito pelas especificidades de cada uma das famílias definidas na Lei de Bases da Economia Social, pela criação de uma estrutura comum que represente social e politicamente os interesses globais deste setor da atividade que representa, por si só, quase 3% do valor acrescentado bruto gerado anualmente pela economia portuguesa.



O Centro de Estudos de Economia Pública e Social (CIRIEC Portugal) é uma associação científica e técnica sem fins lucrativos, criada em 23 de outubro de 1979, e é, há mais de vinte anos, a secção portuguesa do CIRIEC Internacional.

São seus objetivos promover a investigação, formação e difusão de conhecimentos nos domínios da economia pública (setor empresarial do Estado e administração pública) e da economia social e cooperativa.

O CIRIEC Portugal é fruto da cooperação de algumas dezenas de associados, quer particulares, na sua maioria professores e investigadores universitários e quadros dirigentes da economia social, quer empresas públicas e entidades da economia social (cooperativas, mutualidades, associações e fundações). Ao mesmo tempo, o CIRIEC Portugal age em permanente cooperação com centros universitários de estudos e investigação social, com a CASES e as organizações da economia social portuguesa, assim como no seio do CIRIEC Internacional e com outras seções nacionais, especialmente as latino-americanas.

Das atividades recentes do CIRIEC Portugal, destacam-se, entre outros:

- A participação nos trabalhos de elaboração da Lei de Bases da Economia Social e da Conta Satélite da Economia Social;
- A coordenação dos trabalhos do Observatório da Economia Social Portuguesa (OBESP), criado em 2011, em parceria com a CASES;
- A realização de diversos encontros, tais como:
  - Conferência Internacional “Desafios da Economia Social e Solidária” (2014);
  - 5.ª Conferência Internacional de Investigação em Economia Social (2015), em parceria com o CIRIEC Internacional, que contou com cerca de 400 participantes e 250 comunicações;
  - VIII Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social, em parceria com o CIRIEC Espanha (2016);
  - Seminário “O mutualismo e o futuro da proteção da saúde na Função Pública” (2016).





# CIDADANIA EM PORTUGAL

# PARAR, PENSAR, AGIR

## Equipa Roteiro Cidadania em Portugal

O *Roteiro Cidadania em Portugal* é uma iniciativa de âmbito nacional que está a desafiar redes e comunidades locais de todo o país para uma viagem de descoberta, reflexão e ação sobre cidadania e participação. Sob o lema *Parar, Pensar, Agir* uma equipa de animação, dispondo de recursos lúdico-pedagógicos existentes numa carrinha caracterizada para o efeito, está a apoiar a dinamização de atividades propostas por parcerias locais (entidades da economia social e solidária, câmara municipais, escolas, entre outras organizações) que se enquadrem no combate às desigualdades, discriminações e violências.

As metodologias e os materiais informativos, lúdicos e pedagógicos disponibilizados por várias entidades são utilizados para promover a interação das

cidadãs e cidadãos das comunidades locais para que se estabeleça um diálogo construtivo e uma proximidade efetiva com as políticas públicas.

Iniciado no Dia Municipal para a Igualdade (24 de Outubro de 2016), o Roteiro já conta com 166 dias de trabalho, tendo percorrido 13.497 quilómetros, chegado a 94 concelhos e realizado 218 atividades que envolveram 483 entidades e 8.757 participantes.

A animação territorial temática realizada localmente, vertente importante do Roteiro, é complementada por quatro dimensões:

- Centro de Recursos Virtual;
- 10 grupos de trabalho temáticos;
- 6 seminário nacionais;
- 4 micro projetos promovidos pela ComParte;
- Fundação Maria Rosa, Observatório da Liberdade Religiosa, Rede Ex Aequo e Acessível Êxito.

A colaboração e o envolvimento das várias entidades locais activa um potencial de vinculação e motivação muito positivo para darmos continuidade a este trabalho em que acreditamos.



A democracia é um processo dinâmico que se constrói numa sociedade aberta e livre, onde as pessoas na sua intervenção cívica têm oportunidade de participar nos processos de decisão, exercer um controlo crítico na divergência de opiniões e possuem liberdade para participar no processo de concepção e avaliação das políticas públicas agindo sobre a realidade.

Percorremos quase todo o século XX certos de que a democracia representativa era o modelo ideal para as cidadãs e para os cidadãos, que asseguraria a igualdade de oportunidades e a justiça para todas as pessoas.

Contudo passados 100 anos percebemos que o caminho para a democracia tem de envolver todas e todos em cada momento enão só nos momentos eleitorais. Em cada momento as pessoas contam porque só assim a democracia lhe conferirá a possibilidade de atingir o desenvolvimento integral.

Por isso à que encontrar os meios e as formas que levem as pessoas a participar, a melhorar o seu nível de conhecimento e a saber exercer os seus direitos, ou seja, a serem sujeitos do seu destino. Temos de desenvolver uma cultura de motivação e valorização do serviço público e de participação e partilha com os outros, nomeadamente através do associativismo, da solidariedade, do diálogo, da tolerância e da responsabilidade.

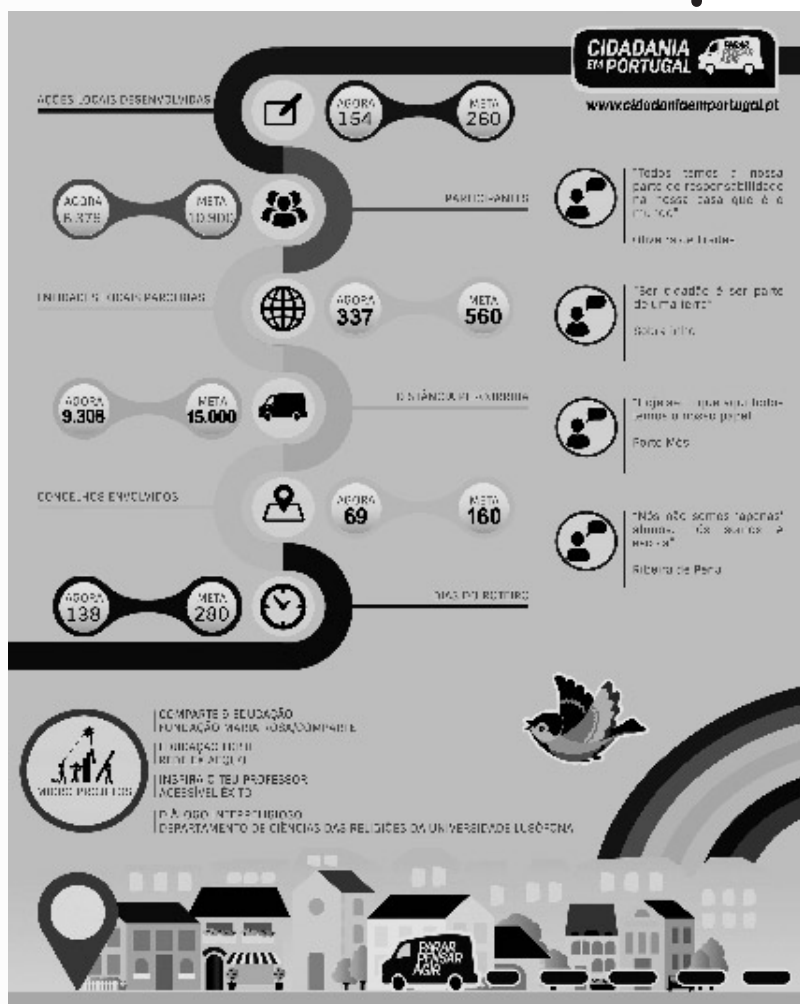
Cada vez mais ser cidadão e cidadã é organizarmo-nos em torno de várias questões ou causas, conquistando o espaço público e garantindo o nosso "direito a sermos Cidadãs e Cidadãos".

A gestão democrática é, pois, entendida como o estabelecimento de uma relação entre o Governo local, regional ou nacional, e a sociedade, entre a administração e a população, sustentada na participação e na cidadania, assegurando o controlo social, valorizando o papel da sociedade e das cidadãs e dos cidadãos, dando-lhes voz como cogestores da coisa pública.

**Catarina Marcelino**, Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

A procura da relação estratégica entre cidadania e poder executivo local está intimamente associado à rede Animar desde a sua constituição em 1993. Foram várias as práticas que a inspiraram e que a reivindicaram, geralmente culminadas na sua partilha e celebração na iniciativa bienal *MANIFesta - Assembleia, Feira, Festa e do Desenvolvimento Local*. Das assembleias resultam declarações que sugerem um conjunto de propostas para políticas de desenvolvimento local, regional e nacional, que tantas vezes expressaram e expressam interesses minoritários – a história por várias vezes comprova o equívoco das opções maioritárias. Estas práticas são também processos de educação intergeracional e holísticos, promotores da cidadania participativa, constituídos em fóruns e assembleias comunitárias, processos de investigação propositivos com base na participação de agentes com saberes académicos e populares constituídos em grupos de trabalho temáticos e territoriais, movimentos locais e nacionais e também na criação de novas organizações formais e não formais para a defesa de interesses comuns e emergentes. Estas iniciativas reúnem dimensões em comum, nomeadamente a defesa de interesses coletivos, a necessidade de participação nos processos de tomada de decisão que envolvem as suas necessidades junto do poder executivo local. A rede Animar na sua diversidade foi reivindicando com sucesso uma maior proximidade e protagonismo para a sociedade civil gerando um património humano ímpar na procura da redemocratização e do direito à participação. A Animar defende, com base na sua experiência, a democracia representativa em sintonia com a participativa, consolidada na confiança entre os vários agentes de desenvolvimento local, traduzida em processos de planeamento participados e transparentes enquanto reflexos de uma maior maturidade democrática.

O Roteiro Cidadania em Portugal, iniciativa da Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local com a Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Catarina Marcelino, promove a partilha de boas práticas cidadãs por todo o território nacional, através da experiência de uma



rede de organizações nacionais e locais, seja através dos seus micro-projetos, dos seus parceiros sociais e públicos, e também, através da riqueza do debate público.

**Marco Domingues, Presidente da Animar**

PÚBLICO	LOCAL	ORIENTADOR	TEMÁTICA	DESTINAÇÃO
Alunos Tudo o tipo	Atividade de leitura em sala de aula Lição 28, 29, 30, 31 Lição 32, 33, 34, 35 Lição 36	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	Lição 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100
Escola Tudo o tipo	Atividade de leitura em sala de aula Lição 28, 29, 30, 31 Lição 32, 33, 34, 35 Lição 36	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	Lição 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100
Alunos	Atividade de leitura em sala de aula Lição 28, 29, 30, 31 Lição 32, 33, 34, 35 Lição 36	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	Lição 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100
Alunos	Atividade de leitura em sala de aula Lição 28, 29, 30, 31 Lição 32, 33, 34, 35 Lição 36	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	Lição 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100
Escola Tudo o tipo	Atividade de leitura em sala de aula Lição 28, 29, 30, 31 Lição 32, 33, 34, 35 Lição 36	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	O livro apresenta a história de uma menina chamada Maria que vive em uma cidade chamada São Paulo. Ela é muito curiosa e gosta de aprender coisas novas. Neste livro, ela descobre muito sobre a história da cidade e os seus habitantes. O livro também fala sobre a importância de estudar e de conhecer o mundo que nos rodeia.	Lição 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100



QUE SOLUÇÕES  
PARA  
**O RURAL?**



**António Barata** Técnico de comunicação e imagem da Animar

A cooperação e a sustentabilidade dos territórios foi a ideia força que presidiu à realização do IV Fórum do Interior, que decorreu em Portalegre, nos dias 25 e 26 de Novembro. Durante dia e meio cerca de meia centena de académicos, autarcas, estudantes, dirigentes e membros de associações e outros debateram no Instituto Politécnico de Portalegre/Escola Superior de Educação e Ciências Sociais o desenvolvimento do interior procurando assim contribuir para “colocar o assunto na agenda política, social e partidária, aproveitando a conjuntura favorável” (Abílio Amiguinho, Politécnico de Portalegre e ICE, na Sessão de Abertura).

Ainda na Sessão de Abertura, Marco Domingues, Presidente da Animar, lembrou as preocupações do Fórum enquanto espaço de proposição e não só de simples reflexão. Depois apontou alguns problemas que, no seu entender, entravam o desenvolvimento do interior, como o **despovoamento** (resultante de continuadas políticas nacionais e comunitárias de desinvestimento que provocaram migrações para as cidades do litoral e o estrangeiro); a **desunião** (traduzida na dificuldade das pessoas e organizações da sociedade civil em se entenderem, ter uma linguagem e objectivos comuns, articular entre si iniciativas e agir de forma concertada); a existência de **deficits** ao nível do investimento e da capacidade de ação.

## AS POLÍTICAS E AS COMUNIDADES

Intervindo no painel *Sectores Estratégicos da Economia na Vida das Populações*, Maria Custódia Correia, da Rede Rural Nacional, referiu que a entidade por ela representada sempre teve a preocupação de ouvir as populações e os intervenientes nos

territórios para assim poder detectar problemas e necessidades, e estabelecer correctas linhas de actuação capazes de influenciar as políticas nacionais. Em conformidade com esta linha de actuação a RRN realizou várias Assembleia Regionais, tendo nelas constatado a grande preocupação das pessoas relativamente aos circuitos curtos de comercialização; à valorização das florestas e dos seus recursos; às fileiras produtivas, em particular as novas (aromáticas, por exemplo); à organização da produção – com a preocupação suplementar de este aspecto ser também ser um meio para vencer a desconfiança de uns em relação aos outros (desconfiança essa que entrava a cooperação); aos jovens agricultores e à disponibilização de terras.

Informou que já estão a funcionar dois grupos de trabalho (circuitos curtos e fileiras produtivas) que estão a financiar estudos e a elaborar diversas propostas de alteração legislativa, estando prevista para breve a realização das primeiras reuniões dos grupos de trabalho, uma em Lisboa e outra em Coimbra.

Carlos Nogueira, da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMMA), começou por se referir à desconfiança com que as pessoas e as entidades que habitam e trabalham há mais tempo nas aldeias, vilas e cidades do interior olham para a CIMMA. Tal sentimento colocou-os perante a necessidade de, em primeiro lugar, ganhar a confiança das populações porque, sem se conquistar essa confiança, não conseguiriam avançar grande coisa.

As questões ambientais merecem uma particular atenção por parte da CIMMA. Tendo o Alto Alentejo tem uma boa qualidade ambiental, este elemento valorativo está a ser considerado fundamental na definição e construção do plano que esta entidade pretende desenvolver tendo em vista a competitividade e a coesão social da região por via da exploração de áreas como as do património cultural, natural e histórico, do turismo e, também, a proxi-



midade com a Espanha. Plano esse que, consubstanciado na Plataforma Alto Alentejo XXI – criada a partir de um conjunto de debates tendentes à criação de uma estratégia de desenvolvimento para o território –, contemplará as áreas da mobilidade e do turismo, do ensino, das águas e resíduos, e a elaboração de uma Carta Social para o Alto Alentejo, tendo em vista a promoção do desenvolvimento económico e do emprego. Assim, está previsto um conjunto diversificado de projectos para a captação e tratamento de águas para consumo humano e regadio; de criação de infraestruturas capazes, umas de acolher empresas, outras – contemplando a economia social – de melhorar as condições de vida dos idosos, facilitando o acesso e/ou reduzindo os custos de serviços essenciais como os da energia, da água, dos cuidados de saúde e lazer, por exemplo; de cooperação transfronteiriça; de exploração das potencialidades do Tejo associadas ao turismo; de recuperação e desenvolvimento da rede ferroviária e a criação de um Centro de Excelência do Café (a Delta está instalada na região), entre outros projectos.

A Associação La Raya/A Raia esteve representada por Frederico Reis, também membro do



Concelho Fiscal da Animar, que falou da cooperação transfronteiriça à luz do seu trajecto pessoal. Lembrou que Portugal e Espanha têm vivido de costas voltadas, ignorando-se mutuamente. Ao longo do tempo, nos dois lados da fronteira, nasceram preconceitos de uns a respeito dos outros que pouco têm a ver com a realidade das comunidades raianas que, afinal, até padecem dos mesmos problemas de despovoamento, envelhecimento e desenvolvimento. Mas, apesar disso, considera que hoje o principal entrave à cooperação transfronteiriça não está nas populações, mas na existência de leis, estruturas e procedimentos administrativos diferentes. Pelo que os governos deveriam esforçar-se por harmonizar as leis e a burocracia e racionalizar os recursos e serviços existentes na raia para que as pessoas e as empresas possam viver e trabalhar sem constrangimentos em qualquer um dos lados da fronteira e todos possam aceder aos serviços mais próximos (nomeadamente os de saúde), em igualdade de circunstâncias, independentemente do lado da fronteira em que se encontrem.

#### O PROGRAMA NACIONAL PARA A COESÃO TERRITORIAL

Helena de Freitas, Coordenadora da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, deu a conhecer o trabalho já realizado pela sua equipa. Começou por referir que o Programa Nacional para a Coesão Territorial é uma aposta estratégica do actual governo que, com este plano, assume o “interior” como um aspecto central do desenvolvimento económico e da coesão territorial nacional e regional. Para além de demonstrar o empenho do governo, ele representa também uma nova abordagem do poder central relativamente ao aproveitamento e valorização dos recursos dos territórios e das regiões fronteiriças enquanto factores de desenvolvimento e competitividade, disse.

Referindo-se ao método de trabalho usado para a elaboração do programa que coordena, referiu que a equipa que dirige começou a trabalhar a partir do conjunto de indicadores e dados estatísticos oficiais sobre a evolução, o desenvolvimento do país e as condições de vida das pessoas, a evolução demográfica, a desertificação e o envelhecimento, que reve-

lam um acentuado agravamento das assimetrias no país no que refere aos salários e demais rendimentos das famílias, sendo estas desigualdades ainda mais acentuadas nas regiões deprimidas.

A partir destes dados iniciou-se um processo de consulta e participação envolvendo municípios, universidades, GAL e associações de desenvolvimento local, de que resultou um conjunto de 164 medidas e 8 orientações para os territórios visando uma maior coesão, sustentabilidade, ligação e colaboração entre eles. Medidas essas já validadas pela tutela e a serem sujeitas a sucessivas avaliações semestrais pelo Concelho de Ministros.

O Plano foi bem acolhido pelos participantes, que o consideraram abrangente e participado, com uma metodologia correcta e exemplar (Carmo Ambrósio, Federação Minha Terra); como um bom exemplo de colaboração entre as instâncias, governamentais, políticas, a sociedade civil e as empresas (Marco Domingues, Animar).

#### COMO REVERTER O ACTUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Na manhã do segundo dia os participantes procuraram elaborar propostas tendentes a inverter o curso de desertificação e despovoamento do interior do país à luz das reflexões do dia anterior.

Foi consensual a ideia de que não se pode falar de desenvolvimento sem se

***Não se pode falar de desenvolvimento sem se falar de centralidades e serviços conformes às necessidades das comunidades. Tal como a constatação de que nos últimos anos esses serviços se têm vindo a degradar, a reduzir, e mesmo a desaparecer, em obediência a um certo entendimento do papel do Estado***

falar de centralidades e serviços conformes às necessidades das comunidades. Tal como a constatação de que nos últimos anos esses serviços se têm vindo a degradar, reduzir, e mesmo a desaparecer, em obediência a um certo entendimento do papel do Estado aliado a uma visão economicista da sociedade – o que indicia um problema grave relativamente ao modelo de desenvolvimento que tem vindo a ser aplicado no país. As consequências gravosas de tal modelo foram particularmente sentidas nos últimos anos, contribuindo tanto para agravar o definhamento do rural e a concentração da população nas grandes cidades do litoral, como para confundir o que é urbano e rural, criando uma ambivalência relativamente ao impacto que a indústria do turismo massificado está a ter nas grandes cidades, em particular nos seus centros históricos. Daí a necessidade de se criar novas profissões, condizentes com a modernidade, o avanço económico, as migrações, as novas indústrias do lazer e culturais, combinando-as com as antigas profissões e saberes, que interessa preservar. Esta via, que combina modernidade e tradição, poderá ser uma maneira de tornar as aldeias

atractivas para as novas gerações, permitindo a sua fixação no interior.

Os presentes mostraram-se abertos à continuação do debate, considerado por todos longe de se encontrar esgotado, recorrendo-se inclusive a outros meios, por exemplo os electrónicos.

# XI MANIFesta - Vila Nova de Gaia



# CONSTRUIN PONTES

**António Barata** Técnico de comunicação e imagem da Animar



A antiga capela do Convento Corpus Christi, junto ao Cais de Vila Nova de Gaia, foi o palco da Sessão de Abertura da XI MANIFesta - Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local e da Economia Social e Solidária. Esta iniciativa da Animar, com mais de 20 anos, assentou numa parceria que integrou, além da Animar, a Cooperativa do Povo Portuense e a CM de Vila Nova de Gaia. Decorreu entre os dias 9 e 12 Novembro sob o lema *Desenvolvimento na Diversidade*, e integrou um conjunto diversificado de actividades repartidas pelos vários espaços do Convento – concertos, debates, oficinas, exposições, filmes, teatro, mostra de produtos e serviços, tertúlias, actividades com crianças e jovens.

## DEBATER E PROMOVER A CIDADANIA

O primeiro dia da MANIFesta foi marcado pela cerimónia oficial que deu início à 10ª edição da Assembleia, Feira e Festa do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária, tendo as questões da **cidadania** estado em destaque.

*Marcos Domingues*, Presidente da Animar, na **Sessão de Abertura**, enumerou alguns dos princípios que balizam a acção da Animar nos tempos que correm – tempos marcados por uma lógica economicista, em que os valores dos “mercados” se sobrepõem ao direito das pessoas a viver uma vida digna –, em particular o da solidariedade. Princípios estes que devem ser acompanhados e concretizados por uma postura cívica interventiva e aberta à sociedade civil organizada nas suas múltiplas formas.

*Paulo Jorge Teixeira*, da Cooperativa do Povo Portuense, recordou os 150 anos da Cooperativa, as suas origens, e defendeu a necessidade de se abrir um debate sobre a identidade da Economia Social. Recordou que muito do que hoje se reivindica como da Economia Social são realidades com existências muito anteriores ao conceito – por exemplo os baldios e as cooperativas. Manifestou-se igualmente contra a descaracterização das cooperativas por via do Novo Código Cooperativo; que o processo que lhe deu a actual forma devia ser repensado e o código revisto, cabendo ao legislador – na continuidade deste processo – procurar a unanimidade das cooperativas sobre o mesmo.

## A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO

O segundo dia da MANIFesta foi dedicado à **cooperação e convergência** entre pessoas, entidades e redes, não só da economia social e solidária, mas também com as entidades da sociedade civil organizada, num esforço de se criar sinergias promotoras do bem comum. Nesta perspectiva, e tendo em vista a procura de respostas aos desafios colocados

DO

**MANIFESTA**  
ASSEMBLEIA, FEIRA E FESTA  
DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA  
DO DIA 9 A 12 DE NOVEMBRO



pela actual situação social, realizaram-se debates e tertúlias, deram-se a conhecer práticas na área da educação, falou-se sobre os constrangimentos decorrentes do envelhecimento, dos desafios colocados ao cooperativismo, visitaram-se cooperativas e visionou-se o documentário *Palmas*, relativo à criação, por uma comunidade de desalojados brasileiros, de uma moeda própria.

*Fernando Rodrigues* (Animar e EcoMuseu de Barroso) moderou a conferência **Cooperação e Responsabilidade Social** e esclareceu os objectivos do debate: estimular a reflexão sobre o conceito de *Responsabilidade Social* nos âmbitos individual, colectivo e empresarial; contribuir para a valorização, a cooperação e o diálogo entre todas as componentes da sociedade civil, objectivo esse indissociável de um conjunto de regras morais e éticas que têm de vigorar nas relações sociais.

*Manuel Maio* (CASES) começou por lembrar o peso significativo do sector da Economia Social no PIB nacional e na criação de emprego, tendo depois centrado a sua intervenção na explicitação do que é a CASES enquanto agente para a valorização da cooperação – unindo redes e fileiras – e na persecução dos objectivos da Economia Social. Nomeadamente, trabalhar para que os poderes políticos e os decisores públicos e privados reconheçam o sector como parceiro, dado o seu peso social e económico, e o impacto a sua intervenção; colocar a Economia Social na agenda política enquanto elo de ligação e mediação entre o sector e o Estado.

*Célia Pereira* (CRESAÇOR e Animar) deu a conhecer o projecto Quinta do Norte, na freguesia da Capela, Costa Norte, Açores.

O projecto teve origem no desafio lançado pelo Governo Regional para se reabilitar e dar utilidade pública a uma quinta abandonada, numa lógica de Economia Social. Com este objectivo, em 2012, foi oficializada a parceria liderada pela CRESAÇOR que, em quatro anos, recuperou a quinta, permitindo que esta iniciasse a sua actividade em Outubro de 2016.



Vez e Voz para o Desenvolvimento  
- Assembleia de Crianças e Jovens



Conferência Cooperação e Responsabilidade Social



Emprego, Empreendedorismo  
e Juventude



Grupo de Cavaquinhos da AJDeão



Desfile dos Mareantes do Rio Douro



Inspira Animar: Partilha, Ideias e Desafios



Grupo Os Chalados

Assembleia da XI MANIFesta - Convergência e Reactivação numa época de Mudança



Conferência Cooperação e Responsabilidade Social



Criar valor e diferenciar o sector agrícola, colocando no centro preocupações sociais e inclusivas, e a conciliação de saberes do passado com a inovação, está a ser a linha orientadora da aprendizagem ministrada aos jovens agricultores na quinta. Quanto ao desenvolvimento da exploração agropecuária, esta está orientada para a conquista da autonomia financeira, envolvendo toda a comunidade – a população pode participar nas colheitas, por exemplo, e depois adquirir os produtos que colheu. Outras vertentes igualmente importantes são o ensino e a divulgação da permacultura, a diversificação das espécies animais e o contacto e cooperação com as escolas.

*José Guedes* (ADER Sousa) falou-nos do PROVE - Promover e Vender, uma iniciativa de comercialização de produtos agrícolas provenientes de pequenas explorações, assente na cooperação e no empreendedorismo. Com esta iniciativa procura-se contornar o domínio das grandes superfícies, garantindo aos pequenos produtores o escoamento dos seus produtos e a obtenção de rendimentos superiores, eliminando intermediários e estabelecendo uma relação próxima entre produtor e consumidor. Além de garantir um rendimento superior ao produtor, o PROVE tem ainda a vantagem suplementar de não gerar desperdícios, garantindo o pleno escoamento por via dos cabazes de produtos sazonais e de dar a conhecer aos consumidores novos produtos agrícolas, que não estão habituados a consumir ou desconhecem, por não se encontrarem à venda nos supermercados.

*Fernando Martins* (UNINORTE) ocupou-se da divulgação dos três conceitos base que orientam o cooperativismo no que respeita à responsabilidade social – Intra/Inter/Cooperação.

Começando por dizer que a UNINORTE é uma cooperativa de cooperativas e outras entidades, às quais presta serviços de várias ordens, lembrou que foi na Inglaterra do século XIX que nasceu o movimento cooperativo, em resultado de uma grave crise económica, sob o lema *Cooperativismo ou morte!*

Com a acentuada degradação das condições de vida dos trabalhadores, entre eles cresceu a ideia de que era necessário acrescentar algo às greves e às lutas sociais para que as suas condições de existência melhorassem. Definiram-se então os cinco princípios fundadores do movimento cooperativo:

- livre adesão;
- participação económica;
- gestão democrática (um membro, um voto);
- autonomia;
- educação e formação.

A estes princípios vieram a juntar-se mais dois, um em 1960, em Moscovo, o da cooperação; e o outro, em 1995, da responsabilidade social das cooperativas relativamente às comunidades em que se inserem. Referindo-se ao nosso país, disse que desde do governo de António Guterres se vive uma situação caracterizada pela descentralização das intervenções sociais, com as autarquias a assumirem um papel central na constituição de parcerias com as cooperativas e demais entidades da Economia Social.

## O EMPREGO E O EMPREENDEDORISMO JOVEM

Os temas do **emprego** e do **empreendedorismo jovem** marcaram o terceiro dia de debates da MANIFesta.

Ao longo do dia um conjunto alargado de entidades, (CASES, CRESAÇOR, Cooperativa Sol Maior, CEARTE, Agência Nacional Erasmus+, FNAJ, SVE-AJD, SEIES, Agência de Inovação Social ani-



Secretariado

mar.COM, ADER Sousa, Espaço t, ADRITEM, Associação Leque, Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena, Associação Fernão Mendes Pinto, Grupo de Miro, Rede Social de Tomar, Verdes Verdades e Fórum Cidadania & Território) debateram, trocaram pontos de vista, deram a conhecer experiências e práticas, partilharam preocupações e esperanças. Pelo meio, tal como nos dias anteriores, ainda houve tempo para as actividades culturais – a Associação Recreativa e Cultural Santa Isabel deu-nos a conhecer danças da Europa e o Grupo de Mareantes do Rio Douro desfilou o seu grupo de bombos pela zona ribeirinha de Gaia. À noite podemos assistir a um excelente concerto de música popular portuguesa da região minhota, pelo Grupo de Cavaquinhos da AJD.

O dia iniciou-se com o debate **Emprego, Empreendedorismo e Juventude**.

*Tiago Dias* (CASES) considerou que, ao falar-se em empreendedorismo, é necessário colocar a tónica



Workshop Políticas Sociais Promotoras do Desenvolvimento Local e da Cidadania e Igualdade



Inspira Animar: Partilha, Ideias e Desafios



Espaço Feira

na sua sustentabilidade, coisa pela qual a CASES se tem vindo a bater. Referindo a experiência da entidade que representava, disse que uma das primeiras dificuldades com que ela se depara é a de os jovens terem medo de assumir riscos. Também têm vindo a constatar que os projectos de empreendedorismo colectivo são os mais resilientes, aqueles em que as pessoas se sentem mais seguras e apoiadas. Pelo que é necessário contrariar uma certa cultura instalada de empreendedorismo individualista, competitivo, *self-made man*, de influência norte-americana. E deu o exemplo do GeraçãoCoop como uma resposta eficaz e demonstrativa das vantagens superiores do empreendedorismo colectivo face ao individual.

Célia Pereira (CRESAÇOR) falou-nos de um estudo realizado nos Açores, em 2013, na região de intervenção da sua associação, relativa ao microcrédito, intitulado *Empreendedorismo Inclusivo e Microcrédito*. O estudo resultou da necessidade sentida de reflectirem sobre o trabalho que nesta área vinham desen-

volvendo, nomeadamente as dificuldades e constrangimentos sentidos pelos beneficiários e destinatários do microcrédito, a eficácia do modelo de comparticipação (há altura o Governo assumia 25% do risco financeiro) e os resultados concretos no que respeita à melhoria das condições de vida dos beneficiários.

Uma das primeiras constatações foi a de que a intervenção estava a resultar, razão pela qual o Governo Regional passou a assumir 75% dos riscos, facto revelador de que se havia estabelecido um clima de confiança entre as partes directamente envolvidas – beneficiários, banca e Governo Regional – e que o investimento público no sistema de microcrédito estava a gerar um retorno económico significativo. Verificou-se também que com a crise o microcrédito passou a ser mais procurado: cresceu o número de candidaturas (actualmente apoia cerca de 100 pequenas empresas – em média com 5 trabalhadores); e que este recurso passou a ser procurado por outras classes sociais, que não as tradicionalmente mais pobres.

Uma das conclusões mais importantes foi a de que a formação académica é determinante na escolha da ideia de negócio, e que o boca-a-boca é o melhor meio de difusão do microcrédito.

Stephanie Phaniédermagne (Cooperativa Sol Maior) falou sobre os jovens desocupados que não trabalham nem estudam que, na facha etária dos 15 aos 24 anos, e socorrendo dos dados do INE, são mais de 17%. Que fazer com estes jovens? Que problemas se colocam? Considerou existirem oportunidades



Conferência Cooperação e Responsabilidade Social



de emprego, mas que o problema estava nas expectativas e nas fracas

competências de muitos destes jovens. A escolaridade, por si só, não garante emprego; a condição de desemprego (principalmente quando é prolongado) e a precariedade laboral condicionam a procura de trabalho e geram a perda de autoestima. Referiu ainda que as dificuldades em conciliar a actividade profissional com a vida familiar é outro factor condicionante. Quebrar este círculo vicioso é uma necessidade vital, que só se consegue com o trabalho em rede e com a cooperação, pois precisamos uns dos outros para mudar as coisas, disse.

*Fernando Gaspar* (Gabinete para a Formação das Artes e Ofício do CEARTE) começou por referir a importância das actividades ligadas ao artesanato, em termos de empreendedorismo e criação de emprego. O CEARTE faz há muito formação profissional nas áreas das artes e ofício artesanais, o que tem impedido não só o desaparecimento destas actividades e saberes como provocado a sua modernização, criando um novo tipo de artesão, moderno e inovador. Com o seu labor conseguiu tornar as pequenas oficinas artesanais mais resilientes; ser reconhecido pelos governos e obter a aprovação legal e a regulação do estatuto do artesão.



Não há muito o CEARTE passou a gerir o sistema nacional de certificação

das artes e ofício artesanais, cujo registo nacional contabiliza 180 actividades artesanais, divididas por 13 categorias. Lisboa, Norte e Centro concentram mais de metade das actividades artesanais, sendo os sectores da cerâmica (mais de 15%) e têxtil (27%) as categorias com mais artesãos.

### A ARTE EM PROL DA TOLERÂNCIA

De entre as diversas actividades culturais realizadas durante os três é de salientar o concerto *Três Culturas Três*, com que se encerrou a MANIFesta, um projecto artístico que reúne músicos de Espanha, Israel e Sudão, a que se junta uma bailarina, e que se dedica a divulgar e a recriar o canto, a música e a dança de raiz safardita, muçulmana e cristã, recordando que a Península Ibérica foi até ao século XV um espaço de convivência pacífica entre os seguidores daquelas três grandes religiões. Projecto que adquire um significado muito particular, atendendo ao crescente clima de intolerância que se vive no mundo, protagonizado pelos extremistas destes credos.

No primeiro dia da MANIFesta, paralelamente a esta mas nela integrado, decorreu no espaço fronteiro ao Convento um conjunto de acções do **Roteiro para a Cidadania**, iniciativa conjunta da Animar e da Secretaria de Estado para a Igualdade que está a percorrer o país com o intuito de pôr as comunidades a discutir as questões da cidadania. Iniciativa esta destacada e defendida pela Secretaria de Estado *Catarina Marcelino* ao intervir na Sessão de Abertura, justificando a parceria com a importância da rede Animar, entidade que congrega associações muito diferentes e com um grande papel no combate às assimetrias e desigualdade sociais.



## XI Assembleia MANIFesta

### DESENVOLVIMENTO NA DIVERSIDADE PARA A SUSTENTABILIDADE

Esta décima primeira Assembleia MANIFesta decorreu num tempo de incerteza, decorrente da grave crise social, moral e financeira que vivemos, a que se junta toda uma série de constrangimentos e ausência de perspetivas claras sobre os caminhos a percorrer pelas organizações da sociedade civil em prol de um mundo mais justo e igualitário.

A rede Animar e as demais organizações da sociedade civil cresceram com base na generosidade e no envolvimento voluntário de um vasto conjunto de pessoas e organizações que pugnavam e pugnam por uma sociedade mais democrática e equitativa, que contribua para uma maior dignidade das pessoas em fragilidade social.

Entendemos o desenvolvimento não como um conjunto de indicadores económicos de crescimento em linha com os interesses financeiros, mas como um modelo que aproxima as pessoas dos problemas globais e locais e os articula no seu interesse como um processo a partir de baixo, de discussão informal e horizontal na procura de soluções, mobilizando os

recursos e as vontades capazes de acolher a humanidade na sua diversidade. É com a simplicidade e a vontade das pessoas e a complexidade e diversidade das organizações sociais que o desenvolvimento local se constrói de forma estruturada e sustentada, em cada um dos territórios.

É na medida em que consigamos colocar as pessoas a refletir sobre os seus problemas e a discutir soluções para os mesmos que vamos conseguir envolver e responsabilizar as populações, tanto na procura de soluções para os constrangimentos locais e territoriais, como para os globais. **O desenvolvimento local é o modelo holístico de educação para a cidadania e igualdade das comunidades.** No desenvolvimento local a cidadania e igualdade não são apenas metas, são sentimento e envolvimento, responsabilidade e participação, cooperação e solidariedade.

A Animar não pode defender um projeto económico para a economia social e solidária decalcado da economia de mercado, nem depender exclusivamente do Estado e da

União Europeia. A Animar não pode contribuir para que a economia social e solidária se aproxime tanto da lógica dos mercados, ao ponto de ser apropriada por esta. Pelo contrário, deve contribuir para que a economia de mercado se aproxime cada vez mais do interesse coletivo e comum, que seja democrática, sustentável e sustentada, atendendo ao interesse de todas as pessoas e seres vivos.

O caminho a trilhar pelas organizações da sociedade civil, e pela rede Animar em particular, passa pela mobilização e convergência na diversidade destas para influenciar e definir políticas públicas, respeitando a posição da diversidade das organizações sociais, dos seus agentes, contextos e oportunidades enquanto pilares de um desenvolvimento integrado.

**A solidariedade, elemento ético estruturante das organizações da sociedade civil, deve ser ecocêntrica.**

Vivemos na mesma casa comum, partilhada com outros seres vivos. Aprendemos que a lei do mais forte, que preside à evolução das espécies, não se pode aplicar mecanicamente à

humanidade e às suas relações sociais, sob pena de apadrinharmos sociedades desumanizadas e totalitárias. **A rede Animar, pela sua natureza e constituição, é parte da “biodiversidade da sociedade civil”**, é a nossa consciência integral que define o nosso ADN.

A Assembleia da XI MANIFesta, realizada em Gaia, destacou os valores da **solidariedade e da cooperação** como elementos estruturantes da prática e do fortalecimento das organizações da sociedade civil. Devemos respeitar a diversidade social; porque permitem e estimulam o pensamento crítico, a transmissão de saberes e a difusão de experiências e práticas; porque promovem o trabalho em rede a criação de estratégias comuns, capacitam para uma melhor resistência às adversidades e para uma maior partilha recursos. A solidariedade e a cooperação contribuem para alargar horizontes, para alcançar uma visão abrangente das soluções para problemas comuns, para alcançar mais força junto dos poderes instituídos e dos decisores políticos, sociais e culturais.

A Assembleia da XI MANIFesta constatou também que o desenvolvimento dos **laços de**

**solidariedade entre as organizações da sociedade civil são condicionados** pela prevalência de uma perceção e/ou cultura individualista que se traduz numa desconfiança mútua e numa baixa consciência coletiva. Condicionamento que é aliado à prevalência de uma crescente burocracia e formalidade asfixiantes (via protocolos, parcerias, ...), focalizada em metas e resultados quantitativos em detrimento dos resultados qualitativos (nos ganhos imateriais para as comunidades), na importação de modelos desfasados das realidades e das especificidades locais e nacional. Paralelamente a estes constrangimentos verificam-se agendas particulares (políticas e pessoais) das lideranças associativas e institucionais, que condicionam uma maior capacidade de pressão social.

Os participantes na Assembleia da XI MANIFesta assumiram o **compromisso** de contribuir para, a partir das suas organizações e territórios, envidar esforços para a mudança de forma organizada. Começar a construir um pensamento e ação comum ou convergente, mobilizando sinergias e vontades estratégicas. Assim, consideram necessário organizar e tornar comum processos de reflexão. O que

torna imperioso alargar o debate (tanto aos que trabalham nas organizações como às populações) realizando assembleias, reuniões e encontros de partilha de metodologias e atividades, na construção de propostas comuns, ouvindo sempre os e as destinatários/as ou beneficiários/as das nossas ações. Neste processo também é necessário associar o erro à aprendizagem, valorizar os indivíduos, envolver os políticos e articular iniciativas e eventos com planos de comunicação mais fortes e eficazes junto dos média.

Nesta perspetiva, os presentes na XI Assembleia da MANIFesta consideraram necessário a criação de espaços de debate, reflexão e decisão, que elevem as propostas a ações concretas, que elevem os interesses organizativos a interesses comuns, que elevem as forças das organizações e agentes de desenvolvimento à mudança social para uma sociedade mais inclusiva e justa.

*Vila Nova de Gaia,  
12 de Novembro de 2016*

Participaram: FNAT | Casa da Esquina | FAJUDIS | Vizela Imaginativa | GESDCRM | ADM estrela | EAPN | Federação Minha Terra | CPCC DA | Fórum Cidadania & Território | CRESAÇOR | Glocal Decide | ICE